

DOCUMENTAÇÃO E INVENTÁRIO DA COLEÇÃO DO MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL DO MUSEU DE LISBOA

Bruna Alexandra Semedo Gonçalves

Relatório de Estágio de Mestrado em Museologia

(Versão corrigida e melhorada após defesa pública)

**DOCUMENTAÇÃO E INVENTÁRIO DA COLEÇÃO DO
MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL DO MUSEU
DE LISBOA**

Bruna Alexandra Semedo Gonçalves

Relatório de Estágio de Mestrado em Museologia

Orientação de: Doutora Ângela Ferraz

Doutor Paulo Almeida Fernandes

2022

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia realizado sob a orientação científica da Doutora Ângela Ferraz e a coorientação do Doutor Paulo Almeida Fernandes.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não seria possível sem a colaboração, compreensão, apoio e carinho dos que estiveram presentes ao longo de outro projeto importante para a minha vida. Aos quais agradeço do fundo do coração.

Começo por agradecer aos meus orientadores, à Doutora Ângela Ferraz e ao Doutor Paulo Almeida Fernandes, por todo o apoio, disponibilidade, rigor crítico e pelo conhecimento que me transmitiram no decorrer da orientação do meu trabalho.

Ao Museu de Lisboa por ter aceitado o desenvolvimento do meu estágio na sua instituição, à equipa do serviço de Inventário e Investigação por me terem acolhido tão bem, especialmente à Maria de Lurdes Garcia, Rosário Dantas e Rita Ferreira, que me rececionaram num ambiente de partilha de conhecimento e de auxílio mútuo, contribuindo para uma experiência muito enriquecedora, que vou levar para o futuro.

A todos os docentes e colegas do Mestrado em Museologia agradeço por compartilharem o vosso conhecimento comigo, tal como a criação de um ambiente fantástico durante as aulas.

Às minhas amigas de História, as minhas irmãs, Mafalda Conceição e Ana Luísa Gomes, agradeço por estarem sempre presentes, pelo incentivo e apoio constante ao longo dos últimos anos.

Aos meus “besties” (Ana Filipa Marta, Daniela Rebelo e Dinis Oliveira), só posso dizer obrigada, por me acompanharem em mais uma etapa, onde vocês demonstraram companheirismo, motivação e compreensão ao longo de mais um capítulo da minha vida.

À minha família por sempre acreditarem nos sonhos de uma menina de dez anos de idade, e ajudarem-na a construí-los um a um, em que nunca deixaram de acreditar no que ela era capaz de alcançar.

À minha irmã Débora por sempre me transmitir confiança de que tudo vai dar certo, por ser um porto de abrigo e ser a minha maior incentivadora.

Por fim, um agradecimento às duas pessoas mais importantes da minha vida, os meus pais. A eles agradeço pelo apoio e amor incondicional em todas as minhas escolhas, por me permitirem sonhar, e transmitirem que o sucesso dos nossos sonhos só é alcançável com trabalho e nunca parar de persegui-los.

DOCUMENTAÇÃO E INVENTÁRIO DA COLEÇÃO DO MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL DO MUSEU DE LISBOA

BRUNA GONÇALVES

RESUMO

No presente trabalho, decorrente do estágio curricular efetuado no Palácio Pimenta do Museu de Lisboa, é abordado o tema da documentação e inventário. Este tema foi desenvolvido no âmbito do procedimento de musealização da coleção do Monumento ao Marquês de Pombal que consta do acervo da instituição.

Para a sua realização equipararam-se os procedimentos utilizados pelo Museu e a bibliografia existente sobre a temática, com o intuito de identificar e aplicar as melhores práticas no decorrer dos processos efetuados, neste caso, registo e incorporação, inventário, catalogação, digitalização e acondicionamento.

Este relatório está dividido em duas partes. A primeira parte contempla a teoria do processo de Documentação e Inventário, apresentando conceitos, práticas e procedimentos que devem ser aplicados para o desenvolvimento das informações sobre os objetos em contexto museológico. A segunda parte remete para o objeto de estudo, a coleção do Monumento ao Marquês de Pombal, onde se caracteriza a instituição e a coleção, mencionando os processos aplicados na sua documentação e inventário, assim como, na sua preservação. Efetua-se uma análise crítica das metodologias que possam ser úteis, não só para o Museu de Lisboa, bem como, para outras instituições museológicas.

A análise aos procedimentos de documentação e inventariação do Museu de Lisboa conduziu à verificação da necessidade de uma normalização dos procedimentos. Desde logo, a definição de uma política de incorporação que defina os critérios para a seleção dos objetos que integram o acervo museológico, assim como, a criação de um manual que clarifique quais os procedimentos e práticas que devem ser adotadas nas diferentes ações que ocorrem durante a musealização dos objetos.

PALAVRAS-CHAVE:

Coleção do Monumento ao Marquês de Pombal; Documentação e Inventário; Fundo Documental; Museu de Lisboa – Palácio Pimenta; Museu; Sistema de informação;

DOCUMENTAÇÃO E INVENTÁRIO DA COLEÇÃO DO MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL DO MUSEU DE LISBOA

BRUNA GONÇALVES

ABSTRACT

In the present work, resulting from the curricular internship carried out at the Pimenta Palace of Museum of Lisbon, the theme of documentation and inventory is addressed. This theme was developed within the scope of the musealization procedure of the collection of the Monument to the Marquis of Pombal that is part of the institution's collection.

The procedures used by the Museum and the existing bibliography on the subject were compared, in order to identify and apply the best practices in the course of the processes carried out, in this case, registration and incorporation, inventory, cataloguing, digitisation and packaging.

This report is divided into two parts. The first part covers the theory of the Documentation and Inventory process, presenting concepts, practices and procedures that should be applied for the development of information about the objects in a museological context. The second part refers to the object of study, the collection of the Monument to the Marquis of Pombal, where the institution and the collection are characterized, mentioning the processes applied in its documentation and inventory, as well as in its preservation. A critical analysis is made of the methodologies that may be useful not only for the Museum of Lisbon, but also for other museological institutions.

The analysis of the documentation and inventory procedures of the Museum of Lisbon led to the verification of the need for a standardisation of the procedures. Firstly, the definition of an acquisition and accessioning policy which defines the criteria for the selection of objects that integrate the museum collection, as well as the creation of a manual that clarifies the procedures and practices that should be adopted in the different actions that occur during the musealisation of objects.

KEYWORDS:

Collection of the Monument to the Marquis of Pombal; Documentation and Inventory; Documentary Fund; Museum of Lisbon – Pimenta Palace; Museum; Information system.

LISTA DE ABREVIATURAS

- CDWA – Categories for the Description of Works of Art
- CHIN – Canadian Heritage Information Network
- CIDOC – International Committee for Documentation
- CML – Câmara Municipal de Lisboa
- CRM – Conceptual Reference Model
- DGPC – Direção-Geral do Património Cultural
- DOMUS – Sistema Integrado de Documentacion y Gestion Museográfica
- DRLVT – Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo
- DSLR – Digital Single-Lens Reflex
- EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural
- GIF – Graphics Interchange Format
- ICA – International Council on Archives
- ICCD – Instituto Central para Catálogo e Documentação
- ICOM – International Council of Museums
- IFLA – Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
- IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
- IIB – Fundação do Instituto Internacional de Bibliografia
- IMC – Instituto dos Museus e da Conservação
- IPM – Instituto Português dos Museus
- ISAD (G) – General International Standard Archival Description
- ISBD – International Standard Bibliographic Description
- JPEG – Joint Photographic Experts Group
- ML – Museu de Lisboa
- OIM – Office International des Musées

- PDF – Portable Document Format
- PNG – Portable Network Graphics
- TIFF – Tag Image File Format
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. DOCUMENTAÇÃO E INVENTÁRIO	4
2.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS: BREVE SÍNTESE.....	4
2.2. INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA	9
2.3. PROCESSO DE DOCUMENTAÇÃO E INVENTARIAÇÃO.....	13
2.3.1. INCORPORAÇÃO E REGISTO	13
2.3.2. INVENTÁRIO	16
2.3.3. CATALOGAÇÃO	18
3. CARACTERIZAÇÃO DO MUSEU DE LISBOA – PALÁCIO PIMENTA	23
3.1. GÊNESE E ANTECEDENTES	23
3.2. A MISSÃO, VOCAÇÃO E OBJETIVOS.....	25
3.3. O ACERVO MUSEOLÓGICO.....	28
3.4. BREVE HISTORIAL E CARACTERIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE DOCUMENTAÇÃO E INVENTÁRIO	30
4. A COLEÇÃO DO MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL.....	33
4.1 O MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL	33
4.2. A COLEÇÃO E A SUA INCORPORAÇÃO NO MUSEU	38
4.3. INVENTARIAÇÃO.....	40
4.4. DIGITALIZAÇÃO.....	44
4.5. ACONDICIONAMENTO.....	46
5. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES	49
6. CONCLUSÃO.....	54
BIBLIOGRAFIA	56
ANEXOS	70

ANEXO 1. CAMPOS DE INFORMAÇÃO “OBRIGATÓRIOS” NO REGISTO DO INVENTÁRIO NO PROGRAMA <i>IN PATRIMONIUM</i>	70
ANEXO 2 - FICHA DE INVENTÁRIO DO FUNDO DOCUMENTAL DO MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL	71
ANEXO 3 – FICHA DE INVENTÁRIO DO IMPRESSO.....	74
ANEXO 4 – FICHA DE INVENTÁRIO DO CARIMBO.....	76

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Núcleos Museológicos do Museu de Lisboa.....	25
Figura 2. Monumento ao Marquês de Pombal, na Praça do Marquês de Pombal, no século XXI.	33
Figura 3. Projeto do 1.º prémio do Concurso Público do Monumento ao Marquês de Pombal, de Arnaldo Adães Bermudes (arquiteto), António do Couto Abreu (arquiteto) e Francisco dos Santos (escultor).	35
Figura 4. Inauguração do Monumento ao Marquês de Pombal, na Praça do Marquês de Pombal, em 1934.	37
Figura 5. Objetos da Coleção do Monumento ao Marquês de Pombal, antes do processo de inventário.	38
Figura 6. Processo de digitalização da Coleção do Monumento ao Marquês de Pombal.	44
Figura 7. Sala de Gráficos, na Reserva Central, do Museu de Lisboa.	46
Figura 8. Processo de acondicionamento da Coleção do Monumento ao Marquês de Pombal.....	47

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da componente não letiva do Mestrado em Museologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, propus-me realizar um Estágio com Relatório. Este estágio desenvolveu-se no Palácio Pimenta - Museu de Lisboa, durante seis meses (800 horas), sob o tema “*Documentação e Inventário da Coleção do Monumento ao Marquês de Pombal do Museu de Lisboa*”.

Desde nova, os museus fizeram parte da minha vida, existindo dois fatores que me suscitavam curiosidade, os objetos e o que se fazia nos “bastidores” de uma entidade museológica. A escolha da minha formação académica, a Licenciatura em História e o Mestrado em Museologia, proporcionou-me respostas através do conhecimento e das experiências práticas para contextualizar as características de vida dos bens culturais e, também, para trabalhar num espaço reservado a pessoal técnico, muitas vezes desconhecido pela generalidade do público.

No entanto, no âmbito da Museologia, a área da Documentação e Inventariação fomentou-me interesse para o tema do presente estágio, por ser um dos primeiros processos a contactar com as peças num museu e por ser um espaço onde podia contribuir com a conjugação dos meus domínios académicos.

O estágio no Museu de Lisboa realizou-se no núcleo-sede, Palácio Pimenta, no Serviço de Inventário e Investigação, coordenado pelo Doutor Paulo Almeida Fernandes, que me propôs trabalhar o fundo documental do Monumento ao Marquês de Pombal, pois este não tinha sido investigado desde a sua chegada ao Museu. O fundo documental, organizado em catorze caixas-arquivo, estava subdividido em pastas relativas a diferentes acontecimentos correspondentes à construção do Monumento.

Os objetivos deste trabalho recaem na reflexão da importância da documentação e do inventário para a gestão de coleções. O que é a documentação museológica? Existiu uma evolução na documentação dos museus? Quais são os instrumentos de referência? A construção da documentação é efetuada por quais processos?

Interessava caracterizar o espaço onde ocorreu o estágio, o núcleo Palácio Pimenta do Museu de Lisboa, procurando entender qual a génese do Museu, mas aferir também questões relacionadas com a existência (ou não) de um programa museológico definido,

com as tipologias de objetos que constituem o seu acervo, e quais os procedimentos para a documentação e inventário.

Relativamente, ao objeto de estudo, mostrava-se necessário investigar sobre o Monumento em honra do Marquês de Pombal e sobre a sua importância para a história da cidade de Lisboa. O trabalho de documentação desta coleção procurou responder às seguintes questões: Existia documentação prévia dos objetos, antes da sua incorporação? O seu registo foi realizado no Livro do Tombo? Na realização do inventário existe um manual de procedimentos interno que deva ser seguido? No sistema de gestão de coleções utilizado pelo Museu, os campos de informação diferem conforme as categorias de objetos? Igualmente importante era perceber como será preservada a coleção, através dos processos de digitalização e acondicionamento.

Visei responder às problemáticas e efetuar algumas considerações, no âmbito do presente relatório de estágio, baseando-me em referências bibliográficas do CIDOC-ICOM (*Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus*¹), da Collections Trust (*SPECTRUM Standard*²), do Instituto Português dos Museus³ (*Normas de Inventário – Normas Gerais e Espólio Documental*⁴) e obras de referência no domínio da documentação museológica. Na bibliografia utilizada também se consultaram elementos que fundamentaram a instituição museológica e o fundo documental em estudo.

Posto isto, o trabalho encontra-se dividido em duas partes. A primeira parte reflete a teoria do processo de Documentação e Inventário nas instituições museológicas. Já a segunda parte remete para o trabalho decorrente do estágio, ou seja, os procedimentos e práticas de Documentação e Inventário aplicadas ao objeto de estudo, o fundo documental

¹ Criado pelo CIDOC (Comité do ICOM aplicado à documentação das coleções).

² Norma efetuada pela Collections Trust, utilizada na gestão das coleções dos museus do Reino Unido.

³ O IPM foi convertido para IMC (Instituto dos Museus e da Conservação) em 2007 e, mais tarde, em 2012, transformou-se na DGPC (Direção-Geral do Património Cultural), resultante da fusão do IMC, IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico) e da DRLVT (Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo). (MATRIZ, 2022b)

⁴ Coleção de Normas de Inventário, publicadas desde 1999, com o total de 14 títulos editados. Foram produzidas na sequência da Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, 2004), onde se indicava que a normalização das fichas de inventário dos bens culturais ocorreria com a promoção de técnicas e divulgação de diretrizes pelo extinto IPM. (PINHO *et al.*, 2000, p.7). A sua utilização é recorrente pelos museus tutelados pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), que adotam o programa “Matriz” (conjunto de sistemas de informação para o inventário, gestão e divulgação *online* do património, por exemplo, Matriz 3.0, MatrizNet, MatrizWeb, MatrizPci e MatrizPix). (MATRIZ, 2022a)

do Monumento ao Marquês de Pombal e o carimbo da Comissão Executiva do Monumento.

Tendo em vista os objetivos identificados, o relatório de estágio é constituído por quatro capítulos. No primeiro deles, intitulado *Documentação e Inventário*, procura-se realizar uma reflexão teórica sobre os conceitos, práticas e procedimentos da instituição museológica na área de documentação e inventário. Será abordado a evolução histórica da documentação museológica, os seus instrumentos de referência, e os procedimentos e normas que devem ser adotados para a realização do processo de documentação e inventário para os bens culturais.

O segundo capítulo será dedicado ao *Estágio no Palácio Pimenta-Museu de Lisboa*, onde abordar-se-á a história da instituição, referindo qual a sua missão, vocação e objetivos, e a composição do seu acervo museológico. Consequentemente consistirá uma caracterização dos procedimentos de documentação e inventário no ML, desde os anos 80 à atualidade.

No terceiro capítulo, *A Coleção do Monumento ao Marquês de Pombal*, será caracterizado o objeto de estudo, as técnicas adotadas para a realização da sua documentação e inventário, tal como, a sua preservação, abordando o processo de incorporação, inventariação, digitalização e acondicionamento.

Já o quarto capítulo, *Reflexões e Considerações*, será dedicado a reflexões e considerações que surgiram no decorrer do estágio, que podem ser importantes para o contínuo desenvolvimento do Museu de Lisboa, tal como para a discussão de outras instituições museológicas.

Por fim, pretende-se com este Relatório de Estágio que seja um contributo para o debate relativo à uniformização e normalização de práticas, procedimentos na área da Documentação e Inventário, mas também dar a conhecer uma coleção sobre a construção de um dos monumentos portugueses, o Monumento ao Marquês de Pombal.

Na redação deste trabalho segue-se o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 e a Norma NP-405 como norma de referenciação bibliográfica.

2. DOCUMENTAÇÃO E INVENTÁRIO

2.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS: BREVE SÍNTESE

Um Museu, segundo a nova definição do ICOM, «*is a not-for-profit, permanent institution in the service of society that researches, collects, conserves, interprets and exhibits tangible and intangible heritage. Open to the public, accessible and inclusive, museums foster diversity and sustainability. They operate and communicate ethically, professionally and with the participation of communities, offering varied experiences for education, enjoyment, reflection and knowledge sharing.*»⁵. Esta definição apresenta as suas funções museológicas, que correspondem às que estão estabelecidas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, «*Estudo e investigação; Incorporação; Inventário e documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e exposição; Educação.*» (Lei n.º 47/2004, 2004, p. 5380).

A documentação é considerada «*a espinha dorsal do museu*» (USILLOS, 2010, p.135), pois, engloba colecionar, organizar, controlar e gerir toda a informação de interesse científico ou histórico, que seja conservado pelo museu, independentemente de tratar-se de documentos relacionados à gestão da instituição museológica ou informação e fontes para contextualizar os objetos que integram as suas coleções (USILLOS, 2010, pp. 102-103).

O processo de documentar as coleções é um trabalho complexo, pois, necessita tempo e rigor, onde é efetuado o procedimento de registo, inventário e catalogação. Através das informações adquiridas pelos procedimentos obtém-se conhecimento que permite explicar as circunstâncias de criação do objeto, tal como todo o seu percurso até ser incorporado no museu (USILLOS, 2010, p. 130), ou seja, existe aqui a conexão com outra função museológica, a investigação. A conjugação das duas funções (documentação e

⁵ Nova definição aprovada em Praga, a 24 de agosto de 2022, na Assembleia Geral Extraordinária do ICOM (ICOM, 2022)

Tradução da definição: «*Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que investiga, coleciona, preserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Atuam e se comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas de educação, fruição, reflexão e troca de conhecimentos.*» (CULTURA PORTUGAL, 2022).

investigação) proporciona a análise e interpretação dos dados recuperados para produzir o conhecimento (USILLOS, 2010, pp. 135-136).

De acordo com Ferrez (1991, p.1), a documentação museológica é «*um conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia)*». Uma prática de avanços e recuos, que acompanhou as transformações da sociedade geral, mas também os próprios paradigmas museológicos (BRAGA, 2012, p.7). Inicialmente, o seu objetivo principal era o registo das coleções, para salvaguardar os objetos, realizado sem diretrizes e orientado por visões singulares (CERAVOLO *et al.*, 2007, p. 2). Contudo, transformou-se num meio de organizar as coleções, de difundir e facultar as informações para a construção do conhecimento.

Segundo Krzysztof Pomian (1990, pp. 2-3) e Marin Torres (2002, p.74), o registo de informação de coleções surgiu na Grécia Antiga, quando se fizeram as primeiras descrições de objetos. Na época os civis faziam oferendas aos templos, as quais não podiam ser retiradas da propriedade dos deuses, por isso os sacerdotes criaram inventários para o seu registo e controle documental (MARIN TORRES, 2002, p.76). Nesses inventários, detalhados, referiam «*o nome do objeto, a matéria, o peso, os signos particulares, o nome do deus [...], a ocasião da dedicação, a ficha, o nome e nacionalidade do doador*» (YASSUDA, 2009, p.28).

Na Idade Média, o inventário continuou a ser a prática descritiva para registar os tesouros reais e eclesiásticos que pertenciam às igrejas e conventos, considerados como «*lugares dos objetos coletados*» (YASSUDA, 2009, p.29), em que muitas das suas peças eram roubadas. Diante disso, o inventário fundamentou a realização do controlo das coleções, onde a sua documentação era autenticada e tinha um selo com certificado de origem.

No decorrer do século XV, os objetos além de serem descritos e inventariados começaram a ser estudados, iniciando-se assim as investigações sobre os mesmos (POMIAN, 1990, p.3), o que permitiu a existência de um conhecimento mais aprofundado sobre as peças e as suas designadas coleções.

No século XVI, os fenómenos naturais e a prática de acumulação despertou a curiosidade da sociedade, suscitando a criação de coleções com objetos de diferentes tipologias, referentes a distintas áreas de conhecimento. Nesse período, o instrumento de

registo utilizado eram os catálogos, especialmente pelos colecionadores privados, que resultavam dos trabalhos de inventário. O seu objetivo era descrever os objetos das cortes e classificá-los «[...] *segundo o tipo de material, ou divididas por classes e subclasses.*» (YASSUDA, 2009, p.29). Contudo, também começaram a ser integradas ilustrações nos catálogos, tornando o seu registo mais didático e menos erudito. Uma prática que se fundamentou só no século XVII, decorrente da abertura das coleções dos nobres e da realeza a visitantes (MARIN TORRES, 2002, pp. 98-99).

No século XVII, as coleções tornaram-se mais especializadas devido ao desenvolvimento do colecionismo científico, pois a pseudociência dos gabinetes de *naturalia* e *artificialia* não suportaram o racionalismo da revolução científica (MARIN TORRES, 2002, p. 97). Foram criadas Pinacotecas em função do interesse pela divulgação de informação visual. Ocorreu a venda dos primeiros catálogos das coleções (catálogos de gabinetes⁶ e os catálogos ilustrados⁷), e o registo em diários e compêndios de descrições de coleções, após a morte do colecionador.

No decorrer do século XVIII, fundaram-se museus de arte e história natural, surgiram as exposições temporárias e a opinião de que a arte devia ser acessível a todo o público. As coleções foram reorganizadas e distribuídas pelas suas tipologias e estabeleceram-se galerias de arte, escolas de desenho e academias. Já na documentação das coleções persistiram os inventários, catálogos e guias de visita, e criaram-se os primeiros métodos de documentação manual para fichas (YASSUDA, 2009, p. 30). Sendo que Marin Torres (2002, p. 140) ressalta que os procedimentos de registo utilizados na documentação ainda são correntemente utilizados pelos museus. Diante disso, Juliana Monteiro (2014, p. 54) afirma que o século XVIII poderia ser considerado como o principal marco para a estabilização da documentação como uma prática museológica.

Após a Revolução Francesa, em 1789, a área do património começou a ser alvo de preservação, para proteger os monumentos e bens culturais que haviam escapado da destruição (MONTEIRO, 2014, p. 54), e surge a necessidade de controlo das coleções recorrendo à documentação. Por conseguinte, as coleções começaram a ser organizadas

⁶ Catálogos produzidos pelos gabinetes que tinham coleções de diferentes tipologias (animais, plantas, pinturas, moedas, etc.). (YASSUDA, 2009, p.29)

⁷ Catálogos que exibiam, por desenhos, os objetos da coleção. Uma forma de permitir que a coleção fosse acessível à distância. (YASSUDA, 2009, p.29)

(POMIAN, 1990, pp. 2-3) mediante orientações museológicas divulgadas em artigos e manuais, para normalizar e uniformizar o trabalho nos museus.

No século XIX, segundo Juliana Monteiro (2014, pp. 55-56) e Sílvia Yassuda (2009, p. 31), a abertura dos museus ao público e a integração de novas coleções veio consolidar o museu moderno, onde a documentação se converte numa função essencial para as instituições museológicas. Neste contexto começou a existir uma crescente profissionalização⁸, que gerou postos de trabalho, foram realizadas alterações na divisão do seu trabalho, entre as atividades de carácter intelectual e manual, e começou-se a discutir sobre a normalização dos métodos de documentação.

As repercussões das Guerras Mundiais nos objetos, considerados “obras de arte”, no século XX, motivou uma maior preocupação com a salvaguarda dos objetos culturais. Essa preocupação, segundo Alonso Fernández (2001, p. 23), conduziu à necessidade de criar um organismo internacional que orientasse a atividade dos museus e todos os temas derivados dela. Foi assim criado o *L'Office International des Musées (OIM)*, em janeiro de 1927. Uma organização que explorava e discutia os assuntos relacionados à museologia, numa revista denominada “*Mouseion*”, onde se sugeriu a integração de fichas de inventário e aplicação de etiquetas descritivas, dando suporte ao intercâmbio de peças.

A OIM tinha como idealizador o historiador Henri Focillon que almejava a criação de um centro de documentação para os museus internacionais, com o intuito de incentivar o lado enciclopédico e pedagógico, através da transferência de informações entre a organização e os conservadores dos museus (MARIN TORRES, 2002, p. 257). Assim, as entidades museológicas podiam normalizar o vocabulário terminológico, criar anuários, agregar catálogos iconográficos e produzir um diretório de todos os museus do mundo.

No entanto, a instituição (OIM) percebeu que para a uniformização e normalização da documentação, a necessidade principal não seria os instrumentos de divulgação, mas sim, agrupar as práticas documentais de instrumentos, como o inventário (YASSUDA, 2009, p. 33), para existir a partilha de informação entre vários museus.

Em 1946, foi criado por J. Chausey Hamlin, o *International Council of Museums (ICOM)*, «uma organização não-governamental (ONG), que mantém uma relação formal

⁸ A discussão sobre a profissionalização do trabalho ganhou força nos anos 80 (RUIKE, 2008, p.11). Atualmente, essa questão ainda não é regulamentada em muitos países, um deles sendo Portugal.

com a UNESCO» (ICOM PORTUGAL, s.d.). A organização estabeleceu como objetivos a promoção, o desenvolvimento e gestão profissional de museus, fomentou a identificação e compreensão do ambiente, e a função e o papel das instituições (ICOM, 2007, p. 2).

Atualmente, o ICOM é constituído por uma rede onde se integram Comitês Internacionais e Comitês Nacionais, - como o ICOM em Portugal, criado a 20 de maio de 1975 (GUEDES, 2009, p. 1), onde os seus profissionais centram-se em temas relativos à conservação, preservação e divulgação do Património Cultural e Natural (ICOM, 2007, p.2).

Após alguns anos, em 1950, o ICOM instituiu o Comité Internacional para a Documentação (CIDOC) que permitiu desenvolver questões relativas à forma como se devia identificar as peças e sobre a padronização do registo em museus, tema que será abordado no próximo subcapítulo.

Entre as décadas de 60 e 70, surgiu uma nova doutrina, a Nova Museologia, que contribui para grandes mudanças museais como a conceção do papel social do museu. Com o aparecimento desta doutrina ocorreu uma associação entre a Ecomuseologia e a Nova Museologia, pois os valores do primeiro movimento foram adotados pelo novo, dando origem à *Declaração de Québec*⁹.

A junção dos dois movimentos fez com que fossem associados ao domínio dos museus, novos termos e conceitos («*identidade, territorialidade, comunidade e desenvolvimento*») (BRAGA, 2012, p.10), suscitando o autoconhecimento, o aperfeiçoamento crítico e fomentando a existência de um estudo da relação Homem e bem cultural. Esse estudo fez com que as funções museológicas (estudar, investigar, conservar, inventariar, documentar e comunicar), não fossem só centradas nas características físicas, mas que acompanhassem as interações que o objeto tem ao longo da sua “vida”.

Estas mudanças provocaram alterações nas práticas da documentação e do inventário museológico. Pois, a documentação torna-se compreendida como um instrumento de produção de conhecimento porque o conjunto das informações intrínsecas e extrínsecas

⁹ Declaração de Québec realizou-se a 13 de outubro de 1984. (MAYRAND, 1985, p. 201)

vão transformar o bem cultural numa fonte de investigação, atribuindo novos significados ao objeto (BRAGA, 2012, p. 11).

No final da década 60 até aos anos 80, ocorreu uma nova era com o aparecimento da informática, que promoveu a criação dos sistemas de gestão de coleções (SWANK, 2008, p. 14) com o intuito de solucionar a falta da uniformização da documentação. A presença destes sistemas suscitou o debate sobre a normalização do controlo terminológico nos anos 90 (BRAGA, 2012, p. 12), uma discussão que evolui, mas que ainda é um tema atual.

2.2. INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA

O objetivo de normalizar as práticas de documentação e o inventário museológico incentivou, no século XX, a criação de instrumentos que se tornassem diretrizes.

Uma das primeiras referências foi o CIDOC, um dos comités internacionais do ICOM, criado com a cooperação de Yvonne Oddon¹⁰. Este organismo dedica-se à investigação sobre as práticas de registo e documentação de coleções museológicas, e à criação e transmissão de orientações e políticas a seguir para o desenvolvimento desta área. No entanto, o CIDOC teve de superar alguns desafios relacionados com os diferentes procedimentos seguidos por cada museu (CERAVOLO *et al.*, 2007, p. 3). Logo em 1967 foi organizado um grupo de trabalho internacional, denominado *Working Group on the Documentation of Collections*, que visava reunir padrões de sistemas existentes para satisfazer os sistemas informatizados. Entretanto, em 1976, conclui-se que a informatização não podia resolver os problemas relativos à recolha de informações sistemática sobre o património cultural, mas que realizaria o armazenamento, a organização e a comunicação da informação de forma rápida (CERAVOLO *et al.*, 2007, p. 3).

¹⁰ Bibliotecária e colaboradora de George Henri Rivière, que cooperou no formato de classificação museológica para bibliotecas e centros relacionados aos museus, assim como ministrou cursos do qual surgiu a obra *Elements de Documentation Muséographique* (CERAVOLO *et al.*, 2007, p. 3)

No decorrer dos anos 70, as instituições da memória (bibliotecas e arquivos) já constavam com regras para identificar e registrar bens materiais¹¹. Diante disso, em 1978, pela iniciativa de Robert G. Chendall e Peter Homulos, implementou-se “*Categorias de Informação para objetos museológicos*”. Este documento identificaria o objeto, registrando a sua história, proporcionando informações para serem usadas nos inventários internos das entidades museológicas e tornou-se uma referência para desenvolver normas nacionais.

Nos anos 80, a documentação é associada com a pesquisa científica, de forma o trabalho dos pesquisadores ser eficiente (YASSUDA, 2009, p. 36). Contudo, segundo Ceravolo e Tálamo (2000, p. 242), existia duas tendências no tratamento da informação documental, a influência norte-americana e francesa. A tendência norte-americana refere-se à técnica, ou seja, como se acede aos objetos e aos respectivos registros. Já a tendência francesa aborda a reflexão, ou seja, as informações que se podem retirar do objeto para as pesquisas científicas. Desse modo, as diferenças entre as tendências verificam-se na abordagem em que se encontra o objeto e nas funções museológicas que lhes são aplicadas. Ainda assim, optando por uma tendência ou a combinação das duas, é importante que sejam impostas normas para o processamento da informação nas instituições museológicas, como refere Ceravolo e Tálamo (2007, p. 6).

Na década de 1990, surgem questões sobre o controlo de vocabulários e as terminologias descritivas (YASSUDA, 2009, p. 36). Em 1992, na conferência do ICOM em Québec, iniciou-se a construção de documentos e modelos de dados orientadores, como o *International Guidelines for Museum Object Information* e, em 1999, o *Conceptual Reference Model* (CRM) (MATOS, 2007, p. 17). Tornando-se o CIDOC, uma referência importante para a normalização da documentação, mas também para a estrutura de dados e controlo de vocabulário.

Outras organizações, além do ICOM, trabalham sobre a documentação museológica. Um exemplo, tal como refere Marin Torres na sua obra de 2002 (apud MONTEIRO, Juliana – Documentação em Museus e Objeto-Documento: Sobre Noções

¹¹ Desde o início do século XX, bibliotecas e arquivos já contam com regras bem estabelecidas, criadas pelo Paul Otlet e Henri La Fontaine ao fundarem do IBB (1985) (PEREIRA, 2014, p. 37). Essas regras seguem a Classificação Decimal Universal (1904), a IFLA com a ISBD (International Standard Bibliographic Description) (1969) e a ICA com a ISAD (G) (1994).

e Práticas, p. 61), é a Associação para Documentação dos Museus, no Reino Unido, que criou um sistema de gestão documental para os museus britânicos.

A associação, no âmbito da normalização de dados, desenvolveu o modelo SPECTRUM, publicado em 1994, tornando-se numa norma internacional a partir de 2005 (COLLECTIONS TRUST, 2014, p. 14). Este modelo, segundo Alexandre Matos (2007, pp. 23-24), é constituído por procedimentos e pelos requisitos de informação, sendo um programa essencial para produção de sistemas de informação, mas também é uma norma de procedimentos que delimita as várias etapas do processo de documentação para os museus.

No domínio dos procedimentos e terminologias da documentação museológica surgiu internacionalmente várias diretrizes. Nos Estados Unidos, o *Getty Research Institute*¹², criou o *Categories for the Description of Works of Art (CDWA)* (GETTY, 1996, p. 3) e o *Introduction to Controlled Vocabulaire: Terminology for Art, Architecture, and Other Cultural Works* (HARPRING, 2010).

No Canadá, foi criado em 1972, pelo *National Museum Policy*, o *Canada National Inventory Program* (HOMULOS, 1978, p.153) que evolui para *Canadian Heritage Information Network* (CHIN). Um sistema de inventário informatizado para partilhar as informações sobre as coleções, beneficiando a investigação, o desenvolvimento e aplicação das normas de gestão de informação, a promoção e a consistência da documentação museológica.

Em França, nos anos 60, é determinado por André Malraux¹³ a organização de um inventário geral do património cultural francês (BRITO, 2018, p. 99) e, em 1975, é criado o *Joconde*, um catálogo coletivo das coleções que integram os museus franceses (DESPRÉS-LONNET, 2009, p.22).

Em Espanha, nos anos 90, surge o “*Proyecto de Normalizacion Documental: elementos para una aplicación informática de gestion museográfica*”, que contribuiria para a elaboração da *DOMUS (Sistema Integrado de Documentacion y Gestion Museográfica)* (YANÊS, 2009, pp. 140-141), uma aplicação informática de gestão museológica que

¹² Instituto que promove o conhecimento e a compreensão das artes visuais, por meio de exposições, publicações de livros e recursos digitais (THE GETTY RESEARCH INSTITUTE, s.d.)

¹³ Ministro da Cultura em França. (BRITO, 2018, p. 99)

regulamenta a terminologia utilizada nos “*Grupos de Vocabulários Técnicos*” (PÉREZ, 2005, p.21).

Na Alemanha, em 1913 (PHILIPPS UNIVERSITÄT MARBURG, s.d.), para a produção do inventário cultural alemão foi criado o sistema *Bildarchiv Foto Marburg* (YASSUDA, 2009, p. 36). Enquanto na Itália, em 1975 (NEGRI, 2016, p. 100), a documentação museológica era tratada pelo ICCD (Istituto Central para Catálogo e Documentação) (YASSUDA, 2009, pp. 36-37).

Em Portugal, foi utilizado nos museus tutelados pelo *Instituto dos Museus e da Conservação (IMC)*¹⁴, o sistema de informação Matriz, que começou a desenvolver-se em 1993, pelo *Instituto Português dos Museus (IPM)*, obtendo versões atualizadas até 2011¹⁵. Esse projeto permitiu as entidades museológicas tuteladas terem um programa comum de inventário, proporcionando ferramentas para a gestão integrada das coleções e tarefas ligadas à vida museológica, como o acesso *online* relativo às informações de inventário e de exposições e a inclusão de mais variedade de coleções (BRAGA, 2012, p. 18). Do IPM são publicadas as Normas de Inventário, que já contam com treze volumes (MATRIZNET, s.d.), uma referência nacional para a documentação e inventário, quanto à definição de terminologias e procedimentos adotar.

Nos finais do século XX, Sílvia Oliveira e Bento da Silva (2007, pp. 202-204) referem que os museus começaram a difundir as suas coleções na *internet*. No contexto da documentação e inventário ocorreu um cruzamento da informação, em que se criaram interligações para os seus registos na *web* disponibilizando-se catálogos coletivos, permitindo uma maior comunicação das entidades museológicas com o seu público.

Além dos sítios *web*, onde eram agrupados os registos dos museus de cada país¹⁶, também, foram criados sítios de iniciativa comunitária como o caso da *Europeana*¹⁷. Um

¹⁴ Museus não tutelados pelo IMC utilizam sistemas de gestão de coleções museológicas comercializados pelo Sistemas de Futuro, como: *Micromusée*, *In Arte*, *In Patrimonium*, *In Domus*, *In Memoria*, entre outros. (BRAGA, 2012, p. 20)

¹⁵ Encontrava-se em curso um projeto de «*modernização e de upgrade funcional e tecnológico*» dos sistemas de informação (*Matriz 3.0/MatrizNet*, *MatrizPIX* e *Matriz PCI*), que estava previsto estar concluído no final do primeiro semestre de 2021. (CAMACHO, 2020, p. 58)

¹⁶ Para os museus portugueses utiliza-se o Matriz.Net. (<http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx>)

¹⁷ Projeto lançado a 20 de novembro de 2008 pelo Comissariado da Sociedade de Informação e Meios de Comunicação da União Europeia, tornando-se uma biblioteca digital europeia (COMISSÃO EUROPEIA, 2009)

projeto europeu que disponibiliza um conjunto de registos de diferentes tipologias, de distintos museus, de várias nacionalidades, permitindo o fácil acesso das informações ao público geral.

No final, constata-se que a documentação museológica evoluiu, nos últimos dois séculos, com as diferentes abordagens das organizações internacionais e nacionais, que incitaram a discussão de questões, tal como as suas soluções. Pois, inicialmente, a principal questão das organizações recaía na dificuldade de trabalhar os procedimentos técnicos e intelectuais nos museus, especialmente, a padronização. No entanto, hoje, a situação incide no debate para alcançar soluções, que através das tecnologias, possam favorecer meios acessíveis e eficientes para o trabalho de armazenamento, recuperação e comunicação das informações.

2.3. PROCESSO DE DOCUMENTAÇÃO E INVENTARIAÇÃO

2.3.1. INCORPORAÇÃO E REGISTO

A incorporação é o primeiro processo que integra a política de gestão de coleções, cujo objetivo é representar a integração formal do bem cultural nas coleções da instituição museológica (COLLECTIONS TRUST, 2013a, p. 1).

Antes de se integrar os objetos, a entidade museológica deve ter em conta a política de incorporações (ICOM, 2009, p. 8), desenvolvida com base na missão e nos objetivos do museu, para que a escolha dos bens culturais seja coerente e enriquecedora para o acervo e não contribua para uma *incorporação passiva*¹⁸.

Por conseguinte, é importante que as incorporações efetuadas sejam avaliadas e autorizadas, de modo a entender se o Museu tem espaço, recursos e tempo para incorporar e registar o objeto (COLLECTIONS TRUST, 2013a, p. 3). Após a avaliação da instituição é realizado o procedimento em duas fases, a transferência de posse e a incorporação.

A transferência de posse é «um processo formal da mudança de propriedade de um objeto de uma pessoa, ou organização, para outra.» (COLLECTIONS TRUST,

¹⁸ Incorporação Passiva – Adquirir de peça que não integra a identidade e as coleções do museu, e que a incorporação da mesma contribui para o contínuo consumo de recursos do museu. (FERRAZ, 2020, p. 30)

2013a, p. 1), ou seja, realiza-se a documentação necessária para a ocorrência da deslocação da peça. De modo a facultar informação sobre o objeto e o proprietário, para construir um *arquivo de informação* (ROBERTS, 2004, p. 33).

Esse *arquivo* deve ser construído, inicialmente, com o registo dos dados sobre o proprietário e as características intrínsecas e extrínsecas da peça, como se de um *bilhete de identidade* se tratasse. Após esse registo realizado, a instituição deve refletir se o objeto tem relevância e condições (estado de conservação, por exemplo), para ser integrado com as coleções que já existem na entidade, ocorrendo a comprovação da legitimidade da peça.

Se a incorporação do objeto for aprovada deve ser solicitado ao proprietário a *transferência de título* (ROBERTS, 2004, p. 33), um documento assinado que comprova a transferência legal do objeto, ocorrendo assim a etapa de aquisição. Sendo que dependendo do modo de aquisição efetuado, segundo a Lei-Quadro dos Museus Portugueses são «*Compra; Doação; Legado; Herança; Recolha; Achado; Transferência; Permuta; Afectação permanente; Preferência; Dação em pagamento.*» (Lei n.º 47/2004, 2004, p. 5380), deve-se obter documentação adicional (COLLECTIONS TRUST, 2013a, pp. 4-5). Por fim, o objeto deve ser entregue para ser incluído no acervo museológico. Nessa ocasião deve decorrer a realização do seu formulário de entrada, que será copiado, e as cópias serão para o registo de entradas do Museu, para estar junto do objeto enquanto este é processado e entregue ao depositante como recibo (COLLECTIONS TRUST, 2013b, pp. 4-5).

A fase de incorporação é formada pela atribuição de um número de identificação do objeto (VALCARCE, 2018, p. 36), o *número de incorporação* que corresponde ao *número de entrada*, e ao preenchimento do seu registo formal. Esse número de identificação, normalmente, é substituído pelo número de inventário. No entanto, alguns museus realizam o registo do *número de entrada* com a atribuição do número de inventário, porque veem o registo e o inventário como um só processo (COLLECTIONS TRUST, 2013a, p. 1).

A atribuição do número de identificação, normalmente, adota o sistema de numeração alfanumérica e sequencial, que identifica o objeto e toda a documentação associada ao mesmo, em qualquer situação, e por esse motivo o número deve ser único e constante. A construção do número pode ter elementos que referenciem a instituição onde está incorporado ou o ano da incorporação — utilizando as siglas da instituição (ML — Museu

de Lisboa ou ML.1934), e a tipologia onde está inserido, (por exemplo, ESP.DOC — Espólio Documental) (SISTEMAS DO FUTURO, L. DA, 2020 p.94). Acrescentando depois o restante número, que permite realizar uma identificação rápida do objeto.

Contudo, a autora Alicia Allué Valcarce (2018, p. 37), chama a atenção, que só a atribuição do número não permite identificar o objeto, é necessário existir informações que façam a introdução da peça à entidade museológica.

O registo de incorporação é uma referência dos objetos que fazem ou fizeram parte das coleções de uma instituição, por isso deve-se mencionar a «*fonte, identificação e história de cada peça*» (COLLECTIONS TRUST, 2013a, p. 1). Sobre o assunto, a Norma Spectrum, Andrew Roberts e CIDOC salientam que o registo deve ser composto pelo número do objeto, a sua designação, a modalidade de ingresso (neste caso, a incorporação feita), a data de ingresso, a proveniência (quem era o antigo proprietário)¹⁹, a sua localização de armazenamento e o nome do funcionário do museu que realizou a receção do objeto (CIDOC, 2015, p. 15).

Esse registo deve ser efetuado no dia que o objeto entra no museu, e pode ser realizado de duas formas, em papel, num sistema informático, como refere a Norma Spectrum²⁰ e Alicia Allué Valcarce (2018, p. 36), ou ambos, como salienta a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, 2004, p. 5381).

Em papel, deve ser efetuado no *Livro do Tombo*²¹, que também pode ser denominado *Livro Geral de Inventário* ou *Livro de Registo*, onde a escrita das características referentes ao registo do bem cultural tem de ser legível. Contudo, esses registos, por serem em papel, necessitam de muita organização e cuidado, devendo estar armazenados em segurança, num local que não resulte de situações de destruição.

Já o registo num sistema informático, torna-se mais prático, porque necessita só do preenchimento dos seus campos, e fica o registo armazenado. Sendo mais fácil e rápido de aceder à documentação que for necessária. Por esse motivo, este é o procedimento

¹⁹ Ver exemplo de ficha no Livro do Tombo. (ROBERTS, 2004, p. 34)

²⁰ Guia técnico do SPECTRUM, relativo à incorporação/aquisição. (COLLECTIONS TRUST, 2013a)

²¹ Livro de Tombo = Livro de folhas cosidas e numeradas, com várias colunas, escrito de maneira clara e legível. Deve apresentar na página inicial o Termo de Abertura onde se indica o número do livro, o número total de páginas, a identificação da instituição, data e assinatura do responsável. (ROBERTS, 2004, pp. 33-54)

mais adotado pelos museus, nas últimas décadas, como refere Alexandre Matos (2007, p. 69).

O passo seguinte ao registo é a marcação da peça (COLLECTIONS TRUST, 2013a, p. 7), para existir uma contínua ligação do objeto com a sua documentação. No entanto, este procedimento requer cuidados porque deve ser seguro e reversível, e deve-se ter em conta os materiais que constituem a peça, para que a marcação não se torne numa atuação invasiva. Portanto, o objeto deve ser marcado numa zona acessível e, em simultâneo, escondida, para não interferir com a sua estética, por exemplo, na base ou no verso do bem cultural, ou com a utilização de etiquetas, uma prática defendida pela Norma Spectrum (COLLECTIONS TRUST, 2013a, p. 7) e Alicia Allué Valcarce (2018, pp. 36-37). Se o objeto contiver uma embalagem, a marcação também deve ser efetuada na mesma.

Assim, o registo desta *primeira* documentação permite que as entidades museológicas contabilizem, identifiquem e saibam da posse dos objetos que tem incorporados no seu acervo (COLLECTIONS TRUST, 2013a, p. 1).

2.3.2. INVENTÁRIO

O inventário é outro procedimento importante para a gestão do património (ICOM, 1999, p. 263), realizado após a incorporação e o registo. Sendo uma valência para os museus prevenirem o tráfico ilícito e para ajudar no seu papel com a sociedade e na gestão da mobilidade dos acervos (UNESCO, 2017, p. 4). Este é um processo, segundo a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, 2004, p. 5381), que têm de ser realizado obrigatoriamente, quando os bens culturais são incorporados em entidades museológicas.

O termo inventário é definido como «[...] a identificação e individualização de cada bem cultural e integra a respetiva documentação de acordo com as normas técnicas mais adequadas à sua natureza e características», consoante a Lei-Quadro (Lei n.º 47/2004, 2004, p. 5379), centrando-se na normalização da documentação dos objetos.

No caso do CIDOC, o inventário é referenciado como «*informações básicas da gestão do acervo relativo a cada objeto, incluindo detalhes essenciais necessários à definição de responsabilidades e segurança*» (CIDOC-ICOM, 2014, p.39), dando mais importância

às interligações das informações com outras funções museológicas, para a existência de um inventário “completo”.

Já a definição de inventário, segundo Alicia Allué Valcarce (2018, p.36), refere ser «*un conjunto de objetos marcados/etiquetados que están informados en el programa informático de gestión de colecciones con los campos que se consideran básicos (número de inventario, dimensiones y ubicación actual)*». Referenciando o inventário sumário, que reúne informações básicas para a identificação do objeto.

Conforme a Lei-Quadro (Lei n.º 47/2004, 2004, p. 5381), o inventário museológico deve ser formado pela atribuição de um “número de inventário” (que substitui o número do registo/entrada) e uma ficha de inventário que listará, detalhadamente, todas as informações do bem cultural que se obteve desde o seu processo de incorporação. Um inventário museológico pode ser considerado sumário²², desenvolvido²³, ou inventário com informação de gestão²⁴.

Das três modalidades de inventário, o mais usado nos museus portugueses, nos últimos anos, é o inventário museológico desenvolvido, como demonstra um estudo aos sistemas de informação nos museus portugueses, desenvolvido entre os anos 2013 e 2017 (SANTOS *et al.*, 2017, p. 55).

A ficha de inventário é uma “lista” detalhada das informações básicas, intrínsecas e extrínsecas, do bem cultural, onde cada informação é registada, em papel ou numa base de dados²⁵, com diferentes campos como: «*Número de inventário; Nome da Instituição; Denominação ou título; Autoria [...]; Datação; Material, meio e suporte [...]; Dimensões; Descrição; Localização; Historial; Modalidade de Incorporação; Data de Incorporação*» (Lei n.º 47/2004, 2004, p. 5381). A este conjunto de campos pode-se agregar o estado de conservação e uma imagem do objeto, como salienta Alicia Allué Valcarce (2018, p. 38).

²² Inventário Sumário – Registo de informações básicas sobre a peça. (SANTOS *et al.*, 2017, p. 134);

²³ Inventário desenvolvido – Inclusão de outros elementos sobre a peça ao inventário sumário. (SANTOS *et al.*, 2017, p. 134)

²⁴ Inventário com informação de gestão – Registo dos objetos com informações associadas a outras funções museológicas. (SANTOS *et al.*, 2017, p. 134)

²⁵ Exemplos de sistemas de Gestão de Coleções, utilizados em Portugal, são: o Sistema do Futuro (*In Arte, In Patrimonium, In Domus, Spectrum 5.0*, entre outros) e o *Matriz.3.0*.

A ficha de inventário deve seguir um manual de procedimentos²⁶, determinada pela equipa técnica competente pela área, já que a mesma deve ser escolhida, consoante a norma que mais se assemelhe às características do acervo do museu (ICOM, 2009, p. 10), para existir uma normalização dos procedimentos nos museus.

2.3.3. CATALOGAÇÃO

Após a fase de inventário passa-se ao processo de catalogação. De acordo com J. de Francisco Olmos na sua obra de 2015 (apud VALCARCE, Alicia - Estado actual de la Documentación y Difusión Museológica en Barcelona, p. 39), a Norma Spectrum (COLLECTIONS TRUST, 2014, p. 55) e Juliana Rodrigues Alves (2020, p. 48), a catalogação é uma ação que documenta e estuda os objetos nos vários âmbitos (artístico, histórico, arqueológico, científico e técnico), com inclusão do seu estado de conservação, exposições, bibliografia associada e outras características. Assim sendo, a catalogação é a compilação e manutenção das informações importantes dos objetos, por meio da sua descrição sistemática da organização das mesmas, criando um arquivo catalográfico dos objetos (CIDOC-ICOM, 2014, p. 41).

Neste procedimento são produzidas informações técnicas do objeto, que se inserem em várias categorias, como: a denominação ou designação — o nome atribuído ao objeto, correspondendo à sua função (exemplo, espólio documental)-; título — atribuição do título da peça dada pelo seu autor-; descrição — deve ser objetiva, concisa e restrita às informações que o inventariante visualiza, recomendando sempre o mesmo estilo, gramática e sintaxe, fazendo a escrita dos elementos, do geral para o particular-; autoria — inserir quem foi o autor do bem cultural ou qualquer interveniente que tenha feito parte do processo do seu fabrico, utilizando neste caso, as normas bibliográficas internacionais-; datação — a data precisa da peça, no caso de não se saber a mesma, deve-se tentar datar, referenciando-se pelas datações (de morte e nascimento) do autor ou pelo tempo histórico-; matéria — referência aos materiais que compõem o objeto-; técnica — os processos técnicos utilizados na execução da peça-; dimensões — indicar os valores máximos obtidos, assinalando a unidade de medição e a que medida se refere (altura,

²⁶ Exemplo de um manual de procedimentos é o Manual de *Normas Gerais: Artes Plásticas e Decorativas*, do Instituto dos Museus Portugueses, com publicações das normas adotadas para diversas tipologias de acervo. (MATRIZNET, s.d.)

largura ou comprimento)-; conservação — mencionar o estado de conservação do bem cultural, através da avaliação (Muito Bom, Bom, Regular, Deficiente ou Mau)-; incorporação — registo do modo de incorporação e a data do seu registo-; localização — referir a “localização normal” da peça na instituição, mas também deve-se inserir a “localização atual” (ROBERTS, 2004, p. 39), seja a mesma interna ou externa à entidade museológica-; fotografia — importante para documentar o objeto, e a mesma deve ser executada no momento em que se faça o registo do bem cultural-; exposições — mencionar todas as exposições, de forma cronológica, onde o objeto já esteve presente; bibliografia — referências onde a peça esteja citada ou por serem indispensáveis ao estudo do objeto museológico (PINHO *et al.*, 2000, pp. 20-65).

Este registo catalográfico deve ser realizado, após a aquisição dos objetos, «*numa base de dados, num ficheiro manual de fichas ou em folhas soltas*» (COLLECTIONS TRUST, 2013c, p. 1), onde serão preenchidas as unidades de informação. Nessas unidades, as informações devem ser escritas consistentemente, para que a informação estruturada permita, facilmente, a criação de índices nos sistemas, seja este manual ou digital. Além disso, devem ser adotadas regras para a definição de palavras, a ordem de colocação e pontuação, de modo a existir uniformização nos dados, designado por controlo da terminologia (COLLECTIONS TRUST, 2013c, p. 1).

O registo manual deve ser realizado em cartões ou papel de boa qualidade e serem numerados por um número de identificação, para que a sua informação possa ser indexada (COLLECTIONS TRUST, 2013c, p. 4). Na sua preservação, para o impresso deve ser usado a impressora a *laser* ou fotocopadora, já no manuscrito utiliza-se tinta permanente.

No registo informático, os campos de informação dos sistemas são preenchidos automaticamente e a sua segurança é mantida com a realização de *backups* das informações adicionadas ou alteradas no catálogo, com a finalidade de salvaguardar a última atualização do registo dos objetos (COLLECTIONS TRUST, 2013c, p. 4).

Desta maneira, a catalogação refere-se a todas as informações que o bem cultural armazena ao longo da sua vida, que estão sempre em atualização (VALCARCE, 2018, p. 35). Em todas as ocasiões que o objeto for investigado, exposto numa exposição ou até mesmo ser alvo de medidas de conservação e restauro, os dados da peça vão sofrer alterações, existindo uma ampliação das informações sobre o objeto.

2.3.4. DIGITALIZAÇÃO

A digitalização é um procedimento utilizado para a preservação das coleções, mas também para facilitar o acesso aos bens por parte do público (CARRAPATOSO, 2021, pp. 56-57), surgindo assim as coleções digitais²⁷ com o propósito de criar uma biblioteca digital²⁸ e um “museu digital” (SANTOS, 2021, p. 66). Para determinar que objetos devem ser digitalizados devem ser considerados alguns critérios, tais como: o interesse do público; o valor do conteúdo; a sua antiguidade; a vantagem para a instituição; a sua qualidade artística e interesse contextual; o seu estado de preservação. No entanto, também deve-se considerar como os materiais digitalizados devem ser trabalhados pela equipa, se existe a necessidade de editá-los, e qual o(s) suporte(s) onde serão gravadas as imagens (ELVIRO, 2021, pp. 17-18).

O processo de digitalização é complexo e, como tal, antes de ser realizado, deve-se ter em conta o tempo, o equipamento, as competências e o financiamento necessário. Por isso, é importante que exista um planeamento acompanhado por uma política de digitalização (ELVIRO, 2021, pp. 16-17).

Nessa política deve-se ter em conta a missão da instituição, os interesses do público e as necessidades de preservação dos bens culturais. Por esse motivo, também é importante que exista um plano de preservação, que visa salvaguardar os materiais digitais gerados pela digitalização.

O planeamento para a digitalização deve ser dividido em três fases, a reunião de informações, a tomada de decisões e a preparação da documentação para ser digitalizada.

Na primeira fase reúnem-se informações sobre o âmbito do projeto (quantidade de objetos que vão ser digitalizados, a duração para o projeto e se existe necessidade de proceder a técnicas de preparação ou conservação em alguma peça). Também se identificam os recursos que são necessários (número de funcionários, competências, o espaço de trabalho, equipamento, orçamento e informação ou relatórios), pesquisa-se

²⁷ As coleções digitais podem ser compostas pela imagem digital, resultante da digitalização ou fotografia de objetos de coleção (livros, obras de arte, fotografias, negativos, filmes, áudio, documentos ou fotografias de coleção em 3D) e, também, de objetos digitais em formato eletrónico desde a sua criação (fotografias digitais, vídeo, áudio, arquivos de imagem digital, documentos, programas, redes sociais, *sites* e bases de dados). (AMAGA VICTORIA, 2021, p.48)

²⁸ Local onde se encontra o conteúdo digitalizado de uma instituição. (SANTOS, 2021, p.72)

sobre os direitos autorais e faz-se uma análise aos riscos que a peça pode estar sujeita (AMAGA VICTORIA, 2021, p. 51).

Na segunda fase escolhe-se um método de digitalização, baseado no tamanho, materiais e nas condições das peças, podendo-se optar pela fotografia²⁹ ou digitalização³⁰. Em seguida, deve-se determinar os formatos do ficheiro digital e a resolução que deve ser aplicada aos objetos da coleção, sendo que o formato mais adotado é o TIFF (*Tag Image File Format*), para prevenir a corrupção digital, mas também são utilizados outros formatos de imagem para documentos (JPEG, GIF, PNG, RAW, PDF) (AMAGA VICTORIA, 2021, p.53).

Já a resolução é descrita em píxeis ou por polegada, determinada consoante a tipologia de objeto, onde as peças menores devem ter uma resolução maior, para se perceberem os detalhes no ecrã do computador (AMAGA VICTORIA, 2021, pp. 54-55). No fim desta fase é importante perceber se existe todo o equipamento necessário para a realização do método de digitalização adotado. No caso da fotografia é necessária uma câmara DSLR (*Digital Single-Lens Reflex*), lentes e tripé, já na digitalização é fundamental ter um computador (portátil ou fixo) e um digitalizador plano.

Na terceira fase define-se a fluidez do trabalho, nomeadamente qual a função de cada membro da equipa, a organização dos objetos que serão digitalizados pelo mesmo método, a escolha de um espaço amplo que acondicione os equipamentos de digitalização e que seja de fácil acesso à reserva, e a disposição de todos os elementos para a realização do método de digitalização escolhido (AMAGA VICTORIA, 2021, p.56).

No método da fotografia é importante estabelecer uma boa composição da peça, com um bom posicionamento e enquadramento, para que o objeto seja fotografado na sua totalidade. Deve-se ter em atenção ao fundo que deve ser monocromático para não desviar a atenção do objeto digitalizado. O objeto deve ser iluminado com a luz correta, através da escolha e disposição das lâmpadas e das configurações da câmara fotográfica, para que todos os detalhes sejam perceptíveis (AMAGA VICTORIA, 2021, pp. 58-65).

²⁹ Método utilizado para objetos tridimensionais, bidimensionais (se estes não couberem num digitalizador) e em peças que possam ser danificadas pela digitalização. (AMAGA VICTORIA, 2021, p.53)

³⁰ Método adequado para objetos planos, bidimensionais e documentos com tamanho inferior ao A3. (AMAGA VICTORIA, 2021, p.53)

No método da digitalização os objetos bidimensionais devem ser colocados no digitalizador plano a alguns milímetros da borda, de modo a serem enquadrados sem cortes (AMAGA VICTORIA, 2021, p.66).

Após efetuado o planeamento e preparação dos objetos, os mesmos devem ser deslocados para o espaço de digitalização, registando antes a sua localização para existir o seu retorno, e após a composição correta para a fotografia ou digitalização é só capturar a imagem digital do objeto (AMAGA VICTORIA, 2021, p.67). Pode ser necessário efetuar algumas correções, como por exemplo, no corte de margens, ajuste e rotação da imagem, exposição de luz, correção de cor ou balanço de brancos. Concluída a edição necessária nas imagens é importante gravar as mesmas, conforme as indicações definidas pela instituição, e devolver os objetos digitalizados à sua localização original (AMAGA VICTORIA, 2021, pp. 68-69).

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUSEU DE LISBOA – PALÁCIO PIMENTA

3.1. GÉNESE E ANTECEDENTES

A história do designado Museu de Lisboa iniciou-se em 1909, quando surgiu a ideia de criar um Museu Municipal, cujo objetivo era documentar a história da cidade de Lisboa. Nas primeiras décadas, por não se saber onde localizar a sua instalação, o seu acervo foi depositado no Museu Arqueológico do Carmo, onde foi aberto o Museu Olisiponense, em 1922 (MUSEU DE LISBOA, 2022a).

Em 1930, foi proposto como local para a instalação do Museu da Cidade, o Palácio da Mitra, situado na Rua do Açúcar, em Lisboa (A CASA SENHORIAL, 2014). No edifício foram executados trabalhos de adaptação, para a sua inauguração em 1942, tendo em vista o programa museológico efetuado por Mário Tavares Chicó (1905-1966). No entanto, o edifício continha um reduzido espaço expositivo, permitindo reunir um pequeno número de peças da sua coleção, o que motivou a procura de outro local.

Em 1962, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) adquiriu o palácio «denominado por alguns escritores «dos Galvões Mexias» e [...], na boca popular, «Palácio Pimenta»» (ARAÚJO, 1950, pp. 25-26). Este palácio, fundado em 1730, era conhecido como o Palácio dos Galvões Mexias, uma casa senhorial do final do barroco joanino, localizado na freguesia do Campo Grande, em Lisboa, que pertencera a um dos juristas do reinado de D. João V, Diogo de Sousa Mexia. O edifício teve vários proprietários, até ser instalado o Museu. Um deles, Manuel Joaquim Pimenta, foi quem deu o nome pelo qual hoje o Palácio é conhecido — “Palácio Pimenta” (SIPA, 2011). A propriedade foi trespassada para os seus herdeiros, que não conseguiram manter o palácio e venderam-no à Companhia Bairro Europa. Em 1914, o edifício foi adquirido pelo engenheiro Jorge Lobo de Ávila Graça e, posteriormente, pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1961 (SIPA, 2011).

O Palácio Pimenta tornou-se uma opção para ser o novo espaço de instalação do Museu da Cidade, no início dos anos 70. Entre 1964 e 1974, aconteceu a aprovação do projeto do arquiteto Raul Lino para a instalação do Museu no palácio, tal como as obras que eram necessárias para adaptar o edifício às novas funções, de maneira a transformar

o espaço para seguir o programa museológico da Irisalva Moita (1924-2009)³¹. Esse programa, elaborado entre 1973 e 1975, sugeriu que existisse um discurso cronológico e evolutivo sobre a cidade, relacionado com o acervo existente, que perdurou até à recente renovação, no ano de 2021.

O Museu da Cidade abriu ao público em várias fases, entre 1979 e 1984, sob a liderança da Divisão de Museus e Palácios da CML, onde constaram integrados o Museu Antoniano (1962) e o Teatro Romano (2001) (EGEAC, 2016, p. 6).

Em fevereiro de 2015, o Museu da Cidade sofreu uma reformulação no seu nome e imagem, mas também programática. Como refere a atual Diretora do Museu, Joana Sousa Monteiro, «*Se antes existia um museu de história, o museu passou a afirmar-se como sendo de cidade*» (CARVALHO, 2017, p. 48), resultando na substituição de Museu da Cidade para Museu de Lisboa.

O Museu é tutelado pela Câmara Municipal de Lisboa, sob a gestão da EGEAC – *Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural*. Tornou-se numa entidade polinucleada com a integração de cinco núcleos (Palácio Pimenta, Museu de Santo António, Museu do Teatro Romano, Torreão Poente da Praça do Comércio e a Área arqueológica da Casa dos Bicos) (MUSEU DE LISBOA, 2022a) e, futuramente, terá a integração da Manutenção Militar (EGEAC, p. 10) (Figura 1). Em comum, estes núcleos procuram partilhar a herança da cidade de Lisboa, transmitir o presente, e dar possíveis respostas para o futuro, através da sua programação, exposições, atividades comunitárias e projetos de investigação. Dessa forma, cooperam «*para o conhecimento - e depois a representação – do mapeamento dos lisboetas de hoje.*» (CARVALHO, 2017, p. 48), e incentivam que a capital portuguesa seja olhada de diferentes formas.

³¹ Criadora do Museu da Cidade de Lisboa. (BASTOS *et al.*, 2019, p. 3)



Figura 1. Núcleos Museológicos do Museu de Lisboa.

1. Palácio Pimenta (esq.); 2. Museu do Teatro Romano (dir.); 3. Museu do Santo António (esq.); 4. Torreão Poente na Praça do Comércio (dir.); 5. Casa dos Bicos (esq.); 6. Manutenção Militar de Lisboa (dir.).

Fonte: <https://www.museudelisboa.pt/pt>

<https://fotos.jornaldaslajes.com.br/textos/505bfd4b0c330cd15433264760.jpg>

3.2. A MISSÃO, VOCAÇÃO E OBJETIVOS

O Museu de Lisboa tem como Missão o «*Despertar a curiosidade sobre o lugar físico e a sua ocupação ao longo dos tempos, a sua relação com o rio enquanto elo de ligação entre margens e porta para o Mundo. Ao interpretar a cidade através de testemunhos materiais e imateriais existentes/expostos permite dar a conhecer a sua herança multicultural – passado e presente – como contributo para os seus possíveis futuros*», formulada por António Miranda que atuava como Diretor do Museu da Cidade,

antes de tornar-se Coordenador do Museu de Lisboa-Palácio Pimenta (EGEAC, 2016, p. 6), entre 2013 e 2016. Uma missão que demonstra que a identidade museológica segue uma linha cronológica, começando pela Pré-História, seguindo até ao Renascimento com a passagem da era dos Descobrimentos, até à Contemporaneidade, permitindo refletir o passado, presente e futuro.

Dessa forma, a cidade de Lisboa, tem um museu que demonstra e partilha a sua identidade em várias vertentes (cultural, social, económica, política, antropológica e territorial), que fomenta à reflexão sobre a evolução histórica e populacional, tornando-se esta transmissão do conhecimento, a vocação do Museu (MUSEU DE LISBOA, 2022a).

O Museu, apesar de ser polinucleado, tem os serviços centralizados no núcleo-sede, o Palácio Pimenta, à exceção da investigação e documentação que estão presentes em todos os núcleos. Os núcleos compartilham a mesma identidade e missão, mas cada um tem as suas valências e objetivos complementares.

Segundo o Regulamento Interno do Museu de Lisboa (EGEAC, pp. 14-15)³², os objetivos gerais são iguais para as cinco unidades museológicas, como: gerir as coleções segundo as funções museológicas «*de investigação, documentação e inventário, conservação, exposição/interpretação e educação*»; promover a realização de programas de atividades dinâmicas e de qualidade; a colaboração com instituições públicas e privadas; a interação dos núcleos na divulgação; valorização e prevenção das tradições da cidade e dos cidadãos; assegurar condições de acolhimento, de acessibilidade e informação aos visitantes; definição e implementação de estratégias de captação e fidelização de públicos, entre outros (EGEAC, pp. 14-16).

Contudo, cada núcleo tem características próprias, com objetivos específicos.

No caso do Palácio Pimenta, a unidade museológica fomenta o conhecimento sobre o património e a história de Lisboa, através do estudo e divulgação das suas coleções. Realiza a análise da cidade e do seu desenvolvimento e incentiva a preservação e valorização de Lisboa no passado, presente e no futuro. Promove programas de mediação cultural, de estudo e salvaguarda do património urbano.

³² Regulamento interno do Museu de Lisboa, versão praticamente finalizada, faltando a sua autenticação. (EGEAC, s.d.)

No Museu do Santo António, segundo o seu coordenador, Pedro Teotónio Pereira, o seu objetivo é abordar a importância da figura do Santo António, «*a nível global, testemunho do encontro de culturas e da riqueza dos sincretismos que se mantêm vivos e presentes na atualidade.*» (PEREIRA, 2021, p.114). Ideal que tem sido promovido a partir da sua exposição de longa duração, com um discurso expositivo sobre a vida do Santo e as tradições que lhe estão associadas. Assim como, a existência do centro de documentação, da publicação de investigações referentes ao Santo e à sua coleção (livros, guias, catálogos)³³, e programas que incluem a comunidade, como percursos ou palestras.

A unidade museológica do Teatro Romano, antes de 2001, era considerado um museu monográfico, mas com a sua reabertura em 2014, e após as campanhas de escavação (entre 2001 e 2011), permitiu uma abrangência na sua temática e no seu tempo cronológico (FERNANDES, 2020a, pp.14-15). O núcleo, através da observação e investigação das áreas intervencionadas arqueologicamente e dos bens provenientes das mesmas, contribui para a documentação e interpretação sobre a cidade romana e a história do local onde consta o Teatro de *Olisipo* (EGEAC, p.17). Estes objetivos são implementados com a exposição de longa duração e o campo arqueológico onde se encontra o teatro e outros testemunhos arqueológicos. Complementam-se com a publicação da linha editorial do núcleo, a revista *Scaena*³⁴, guias da exposição (Guia do Museu de Lisboa-Teatro Romano), realização de atividades didáticas, palestras e festividades que comemoram datas do calendário romano, como a festa da *Parentalia* ou *Saturnalia* (FERNANDES, 2020b, p.440), para a inclusão de diferentes públicos.

A Área arqueológica da Casa dos Bicos, um espaço que abrange o piso térreo do edifício do século XVI, e que sofreu uma campanha arqueológica em 2010 (EGEAC, p. 13), promove o conhecimento sobre a área da ocupação e evolução da cidade. A sua exposição de longa duração e o estabelecimento de percursos, fazem a identificação dos vestígios das muralhas de Lisboa. Já a disponibilização de material informativo de orientação e interpretação ao público (folhetos e catálogos), permite que usufruam do legado histórico (EGEAC, p.17).

³³ Exemplos de publicações: Coletânea de Estudos Antonianos e o Guia do Museu de Lisboa – Santo António;

³⁴ Revista de História e Arqueologia do Teatro Romano de Lisboa, publicada anualmente, pelo Museu de Lisboa.

A unidade museológica do Torreão Poente da Praça do Comércio, um antigo *ex-libris* do Palácio Real, antes de 1755, propõe o conhecimento e incentiva a reflexão sobre Lisboa e a sociedade contemporânea, com publicações e exposições temporárias com várias temáticas, vocacionadas para o público estrangeiro para internacionalizar o Museu de Lisboa.

O Museu também promove a visita às Galerias Romanas, com dois mil anos, situadas no subsolo da Rua da Prata, reconhecidas após o terramoto de 1755, e abertas ao público em duas épocas do ano (abril e setembro) (MUSEU DE LISBOA, 2022b).

3.3. O ACERVO MUSEOLÓGICO

O Museu de Lisboa tem um acervo que conta a história da cidade e demonstra as diferenças que transformaram a vida urbana, ao longo dos séculos. O acervo quando não está em exposições encontra-se depositado, organizado e preservado nos três espaços de reservas do Museu, localizado em Palma de Baixo, Cabo Ruivo e na Azambuja.

No acervo estão integrados núcleos de relevância, como: a proto-história, com as coleções arqueológicas do Teatro Romano e da Casa dos Bicos; o Terramoto de 1755; a azulejaria barroca, por Lisboa ser uma das cidades produtoras a nível mundial; as transformações na cidade, que ocorreram entre os séculos XIX e XX; o Santo António, por ser o santo lisboeta com uma grande projeção mundial e devoção popular. Dessa forma, o acervo transmite e partilha os vários aspetos da cidade de Lisboa, ao longo dos séculos, constituído por peças de diferentes tipologias, considerado heterogéneo.

O acervo é constituído por cerca de 100 mil peças, das quais 9095³⁵ encontram-se disponíveis na coleção *online* do Museu (MUSEU DE LISBOA, 2022c), organizado em 50 coleções de tipologias distintas, sendo as principais: a Pintura, Escultura, Fotografia, Gravura, Azulejaria, Cerâmica, Têxteis, Maquetas, Arqueologia, Desenho, entre outros (MUSEU DE LISBOA, 2022d).

A pintura não é uma das coleções mais vastas, mas têm grande destaque no Museu, com pinturas de artistas de referência que documentam a cidade nos últimos quatro séculos, como: Dirk Stoop (c.1610 – c. 1686), John Thomas Serres (1759-1825), João

³⁵ Número em constante atualização.

Pedrozo (1825-1890), Alfredo Keil (1850-1907), José Veloso Salgado (1864-1945) e Almada Negreiros (1893-1970).

A escultura é composta por obras de grande qualidade, constituída por peças de gesso da doação de Leopoldo de Almeida (1898-1975), de Machado Castro (1731-1822), Celestin Calmels (1822-1906), Simões de Almeida (1844-1926), entre outros.

A fotografia, a segunda coleção mais numerosa, documenta os últimos 150 anos e os grandes eventos da cidade de Lisboa. Integra um fundo organizado pelo olisipógrafo Augusto Vieira da Silva, tal como a documentação da atividade do próprio Museu de Lisboa e de outros museus municipais. Estando na coleção incorporados os trabalhos de importantes fotógrafos, Augusto Bonone (1852-1910), Henrique Nunes (1820-1882) ou António Rafael (1941-2005).

A coleção de gravura é muito numerosa e documenta as alterações da cidade, entre o século XVI e a atualidade. Salientam-se os fundos associados à cidade de Lisboa, antes e depois do terramoto de 1755, e o fundo cartográfico que faz o acompanhamento da evolução urbanística.

A azulejaria do Museu é uma das coleções de destaque do país, porque Lisboa foi uma cidade de grande produção de azulejaria. Integra peças desde a azulejaria mudéjar, dos finais da Idade Média, até aos revestimentos contemporâneos dos últimos anos.

A coleção de cerâmica é constituída por quase 4000 peças, demonstrando o estatuto de Lisboa como produtora de cerâmica. Integra produções das grandes fábricas dos séculos XVIII a XX, como a Real Fábrica de Louça, a Roseira, a Lusitânia, entre outras.

Os têxteis compõem uma coleção que abrange o período entre os séculos XVIII e XXI. Nessa coleção constam peças de alfaias domésticas das igrejas de Lisboa (Santo António e São Lourenço), as tapeçarias das décadas de 80 e 90 do século XX - pela Manufatura de Tapeçarias de Portalegre -, estandartes que ilustram a evolução do brasão de armas da cidade de Lisboa e a bandeira ou pendões de acontecimentos relevantes na cidade, como da Expo'98.

A coleção de maquetas é constituída por 292, situadas entre os inícios do século XX e o ano de 2020, documentando o trabalho de 32 maquetistas e de 64 artistas ou arquitetos (FERNANDES, 2020c, p. 90). Esta coleção constitui uma grande representação para a história da cidade e do Museu. As suas maiores obras são a grande

maqueta de Lisboa, anterior ao terramoto de 1755, concebida pelo olisipógrafo Gustavo de Matos Sequeira (1880-1962), e as reconstituições de importantes edifícios de Lisboa (antigo Convento do Carmo, igreja de Santo António, ou Teatro Romano), ou o núcleo de maquetas da Expo'98.

A Arqueologia constitui a coleção fundadora do Museu de Lisboa, visto que é composta pelos resultados das intervenções arqueológicas conduzidas por Irisalva Moita no Teatro Romano e no Hospital de Todos-os-Santos, entre outras intervenções pela cidade. Foi enriquecida recentemente com o espólio das escavações na Casa dos Bicos e das contínuas intervenções no Teatro Romano.

Por fim, a coleção do desenho, com mais de 6000 peças, documenta a evolução urbanística da cidade, a sua população e a sua vida social. É composta por núcleos que contêm os desenhos da reconstrução e monumentalização de Lisboa após o terramoto de 1755, bem como, das festividades de Lisboa e da instalação do Museu da Cidade no Palácio Pimenta.

Concluindo, o acervo museológico do Museu de Lisboa, com o seu crescimento em constante atualização, incorpora peças com diferentes cronologias e tipologias. Permitindo que a inclusão e difusão das coleções nas exposições, publicações e outros programas, enriquecem o público através das histórias que as peças, individualmente e em conjunto, contam sobre a cidade de Lisboa.

3.4. BREVE HISTORIAL E CARACTERIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE DOCUMENTAÇÃO E INVENTÁRIO

No antigo Museu da Cidade, de 1979 a 1990, o registo da incorporação dos objetos era feito num livro de inventário geral e nos livros de coleção³⁶.

No livro de inventário geral era realizada uma listagem de todas as peças do acervo museológico, já nos livros de coleção eram listados os objetos por coleção (por exemplo, pintura, gravura, etc.). Por esse motivo, até 1990, os objetos eram identificados com dois

³⁶ Informações transmitidas por Maria de Lurdes Garcia, colaboradora do Serviço de Inventário e Investigação do Museu de Lisboa.

números de inventário, um que correspondia ao inventário geral e outro ao da coleção. As fichas de inventário eram realizadas manualmente, em papel.

A partir de 1990, o Museu contou com a sua primeira base de dados, a *Museugest*³⁷, para a qual foram transferidos os dados do inventário manual, ou seja, o seu conteúdo passou a ser registado informaticamente. Assim, deixou-se de usar os livros de inventário e de coleção, mas manteve-se a utilização das fichas de inventário em papel.

No final do século XX, em 1999, foi adquirido o programa *In Patrimonium*³⁸. Com a utilização deste sistema de gestão de coleções, a equipa do Museu deixou de realizar as fichas de inventário em papel, passando toda a documentação referente aos objetos do seu acervo museológico a ser registada exclusivamente em meio digital.

Durante um período, cujo tempo exato não foi possível determinar, efetuaram-se impressões em papel dos registos da base de dados, procedimento que foi abandonado por se concluir ser mais prático e seguro realizar cópias de segurança das fichas, uma vez que estas, na sua versão em papel, necessitavam de organização e de um espaço seguro de armazenamento.

Atualmente, no sistema de gestão de coleções é registado não só o acervo museológico, como, também, o acervo bibliográfico e arquivístico, relacionando-se, sempre que possível, as fichas de diferentes módulos.

O processo de documentação e inventário das coleções é realizado pelo Serviço de Inventário e Investigação³⁹. Este Serviço engloba as áreas da investigação, inventário museológico e documentação, centro de documentação e arquivo fotográfico. O serviço é composto por uma equipa de 13 pessoas que se divide pelas duas áreas. Na área de Investigação colaboram seis profissionais, com formação superior em História, onde o seu trabalho está organizado por diferentes períodos históricos, e um maquetista. Na área de Inventário trabalham os outros seis colaboradores, dos quais três estão dedicados ao inventário de forma mais sistemática, e os outros três têm funções partilhadas com outros

³⁷ Programa de gestão de inventário.

³⁸ Sistema de gestão do Património Cultural do Sistema do Futuro (empresa de Gestão do Património Cultural e Natural), que gere os acervos das instituições, obedecendo aos padrões internacionais de documentação e gestão de coleções, por meio de uma ferramenta disponível na rede. (<https://inpatrimonium.net/>)

³⁹ Até ao ano de 2018, o Serviço de Investigação e Inventário era originalmente dois serviços independentes.

setores do Museu, como o caso do fotógrafo, que documenta todos os aspetos da história do Museu e não apenas o seu acervo.

O acervo do Museu é constituído por cerca de 100.000 objetos, predominantemente incorporados por transferência⁴⁰, dos quais 55.521 estão inventariados e fotografados⁴¹. No entanto, só 10.200 peças têm fotografia em alta resolução, porque o trabalho de fotografia documental com alta resolução teve início apenas em 2018.

Na gestão das coleções e informação dos bens museológicos a equipa de Inventário e Investigação têm como documentos orientadores a coleção de Normas de Inventário do antigo IPM e desenvolve trabalho com a empresa Sistemas do Futuro, de modo a adaptar algumas questões ao modo de funcionamento do seu inventário⁴².

⁴⁰ O acervo do Museu é maioritariamente constituído por obras que transitaram de serviços municipais;

⁴¹ Dados atualizados a 19 de julho de 2022 (Informações transmitidas pelo Coordenador do Serviço de Inventário e Investigação, Dr. Paulo Almeida Fernandes);

⁴² Informações transmitidas pelo Coordenador do Serviço de Inventário e Investigação, Dr. Paulo Almeida Fernandes.

4. A COLEÇÃO DO MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL

4.1 O MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL



Figura 2. Monumento ao Marquês de Pombal, na Praça do Marquês de Pombal, no século XXI. Fonte: <https://statues.vanderkrogt.net/Foto/pt/ptli035-2.jpg> [acedido em 28-06-2022].

A coleção estudada refere-se ao monumento localizado na Praça do Marquês de Pombal, em Lisboa (Figura 2). Esta obra foi realizada em homenagem a Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), reconhecido como Conde de Oeiras e Marquês de Pombal.

Segundo o Dr. Veiga Sousa⁴³, essa homenagem foi considerada pelas virtudes do estadista e patriota que atuaram em vários acontecimentos relevantes para a pátria portuguesa, através das suas ações exercidas na Administração Pública.

O Marquês de Pombal, nascido a 13 de maio de 1699, com uma formação académica na Universidade de Coimbra, tornou-se uma figura com relevância para a nação, no reinado de D. José, como colaborador do governo português, na pasta dos Negócios Estrangeiros e ministro do Reino. A sua ação, determinante para a história de Portugal, foi marcada por acontecimentos como o Terramoto de 1755, após o qual

⁴³ Documento da Comissão Executiva, “Monumento o Marquês de Pombal” (MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6166.001)

estabeleceu um plano de reconstrução urbanística da cidade, ou a sua luta com a Santa Sé que promoveu o debate entre a Igreja e o Estado e a expulsão dos jesuítas do território português. No domínio da administração pública foi responsável por significativas reformas agrárias, industriais, piscatórias, comerciais, artísticas e educativas. Como tal, ao fim de 152 anos da sua morte, a dívida de gratidão do país foi recompensada com um monumento (Museu de Lisboa, ML.ESP.DOC.6166.001).

O Monumento ao Marquês de Pombal começou a ser considerado em 1882, no 1.º Centenário da morte do ministro português. Nesse ano, por iniciativa pública, no decreto de 28 de abril, estabeleceu-se a ideia de promover uma subscrição pública para a construção do monumento (Museu de Lisboa, ML.ESP.DOC.6192.025). A subscrição foi uma proposta que demorou alguns anos para ser retomada, pois, só foi recuperada em 1905 (TEIXEIRA, 2003, p. 210), pela Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal, presidida pelo Conselheiro António Francisco da Veiga Beirão (1841-1916). A continuidade do projeto seria interrompida com a agitação política que ocorreu com a Implantação da 1.ª República Portuguesa.

O projeto do monumento é reposto em 1913, com a abertura do concurso para a sua construção, onde foram apresentados dezasseis anteprojetos, tendo sido classificadas quatro maquetas para uma segunda fase. Nessa fase final classificativa, encontravam-se as seguintes propostas: dos arquitetos, Arnaldo Redondo Adães Bermudes (1864-1948), António do Couto de Abreu (1874-1946) e do escultor Francisco dos Santos (1878-1930); do arquiteto José C. de Paula Ferreira da Costa e do escultor Emílio de Paula Campos (1884-1943)⁴⁴; do arquiteto José Marques da Silva (1869-1947) e do escultor Alves de Sousa do Porto (1884-1922)⁴⁵; do arquiteto Edmundo Tavares (1892-1983) e do escultor Maximiano Alves⁴⁶.

⁴⁴ Projeto *Patria*, obteve o 3.º prémio. (ABREU, s.d., p. 5)

⁴⁵ Projeto *Cuidar dos Vivos*, obteve o 2.º prémio. (ABREU, s.d., p. 5)

⁴⁶ Projeto *Pro Memoria*, obteve o 4.º prémio (ABREU, s.d., p. 5)

Em 1914, foi decidido que a proposta que obtinha o 1.º prémio era a do escultor Francisco dos Santos e dos arquitetos Adães Bermudes e António do Couto de Abreu, denominado de “*Gloria Progressus...delenda reactio*” (ABREU, s.d., p. 5) (Figura 3).



Figura 3. Projeto do 1.º prémio do Concurso Público do Monumento ao Marquês de Pombal, de Arnaldo Adães Bermudes (arquiteto), António do Couto Abreu (arquiteto) e Francisco dos Santos (escultor). Fonte: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=28266 [acedido em 28-06-2022]

O início dos trabalhos de construção do monumento é assinalado a 15 de agosto de 1917, com o assentamento da primeira pedra. Uma cerimónia repetida a 13 de maio de 1926 (RESTOS DE COLEÇÃO, 2014), com a presença do Presidente da República (Bernardino Machado), de um descendente do Marquês de Pombal (TEIXEIRA, 2003, p. 210), do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (Augusto de Magalhães Peixoto) e do novo Presidente da Comissão Executiva do Monumento (Sebastião de Magalhães Lima)⁴⁷.

O processo dos trabalhos do monumento seria iniciado em 1917, com as fundações, mas só teria um arranque definitivo em 1925. Uma construção que demoraria oito anos, com a sua conclusão no ano de 1933.

O monumento é constituído por um pedestal de quarenta metros, onde constam, na parte superior, quatro medalhões que representam os principais colaboradores do Marquês de

⁴⁷ Após a reedificação da Comissão Executiva do Monumento, a 20 de setembro de 1913. (MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6192.031)

Pombal (Joaquim Machado Castro, Luís António Verney, Friedrich Schaumburg-Lippe, José de Seabra da Silva, António Nunes Ribeiro Sanches, Eugénio dos Santos de Carvalho, D. Luís da Cunha e Manuel da Maia). No seguimento de cada coluna, debaixo dos medalhões, contém inscrições referentes às reformas económico-administrativas, de instrução e político-sociais, efetuadas pelo Marquês.

Na base do monumento estão colocados vários grupos escultóricos de alegorias referentes à ação do Marquês de Pombal, como: “*Personificação de Lisboa*”, com a figura feminina representando a reconstrução de Lisboa; “*Proa da Nau*” mencionando a renovação da Marinha Mercante; “*Minerva*” simbolizando a reforma do Ensino; “*Agricultura*” que indica a modernização e fomento agrícola; “*Redes*” que correspondem ao ramo piscatório; a “*Indústria*” caracteriza a criação e proteção de várias indústrias; “*Ruínas do Terramoto*” que reflete o terramoto de 1755 (STATUES – HITHER & THITHER, 2017).

A estatuária do monumento foi, maioritariamente, concebida pelo escultor do projeto original, Francisco dos Santos. No entanto, após o seu falecimento no decorrer das obras, em 1930, o seu trabalho foi continuado pelos escultores, José Simões de Almeida (Sobrinho) (1880-1950) e Leopoldo Neves de Almeida (1898-1975) (MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6193.136).

No decorrer da construção do monumento existiu falta de financiamento. A Comissão Executiva do Monumento para arranjar fundos monetários, com a intenção de não interromper a construção, começou a vender remessas de selos postais comemorativos da emissão “Marquês de Pombal”, nas estações telégrafos-postais de Portugal Continental, Arquipélagos e Colónias (MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6185.087), e também por organizar as festas pombalinas (MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6206.001). As festas ocorriam entre 5 e 15 de maio, desde o ano de 1926 a 1934, para comemorar os aniversários de nascimento e morte do Marquês de Pombal, e a sua programação passava pela exposição dos trabalhos do Monumento e pela romagem ao túmulo do ministro na Capela da Memória (MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6206.071). Desta forma, o público das festas era incentivado a contribuir com subscrições e a ter o privilégio de fazer parte da grande obra da cidade.

Em 1932, o Presidente Carmona visita os trabalhos do Monumento para a colocação da estátua do Marquês de Pombal. Porém, o assentamento final da estátua do Marquês de dez metros, em bronze, só acontece a 2 de dezembro de 1933 (TEIXEIRA, 2003, p. 210). Nela, o Marquês é representado junto de um leão que pode simbolizar a força e determinação do ministro, tendo uma das mãos virada para a baixa pombalina, salientando a reforma da cidade, após o terramoto de 1755.



Figura 4. Inauguração do Monumento ao Marquês de Pombal, na Praça do Marquês de Pombal, em 1934. Fonte: <https://lh6.ggpht.com/-pyj6SUa6xX4/VGhesP5xccI/AAAAAABZbA/jxt3TGJn1PE/s1600-h/Inaugurao.2.jpg> [acedido em 28-06-2022]

No final de 1933, o monumento é concluído e a sua inauguração e entrega à Câmara Municipal de Lisboa acontece a 13 de maio de 1934 (MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6207.032), onde compareceram figuras da Comissão Executiva do Monumento⁴⁸, do Governo, da Câmara Municipal de Lisboa⁴⁹, e outras individualidades (MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6207.016) (Figura 4).

⁴⁸ General Ernesto Vieira da Rocha, Presidente da Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal (MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6207.016)

⁴⁹ Tenente-Coronel Henrique Linhares de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. (POLITIPÉDIA, 2012)

4.2. A COLEÇÃO E A SUA INCORPORAÇÃO NO MUSEU



Figura 5. *Objetos da Coleção do Monumento ao Marquês de Pombal, antes do processo de inventário.*

1. Fundo documental relativo à construção do Monumento; 2. Carimbo da Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal (esq.); 3. Impresso de imagem (dir.).

Fonte: Imagens da autora.

A coleção do Monumento ao Marquês de Pombal, que documenta a história da execução da obra (MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6197.066), é composta por um fundo documental, organizado como um processo administrativo, constituído por documentos, fotografias, desenhos, mapas e um impresso, e por um carimbo, que pertencia à Comissão Executiva do Monumento (Figura 5).

Este conjunto de documentos foi guardado pela Comissão Executiva e entregue ao Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, quando o Monumento foi entregue à mesma, a 15 de junho de 1934.

O acondicionamento dos documentos foi realizado em dezasseis caixas-arquivo. Cada uma continha pastas que estavam ordenadas tematicamente e por ordem cronológica, como é afirmado no Relatório de Contas da Comissão Executiva⁵⁰.

Este fundo documental foi incorporado por transferência, do Arquivo para o Museu de Lisboa, uma vez que ambas as instituições são tuteladas pela Câmara Municipal de Lisboa. Segundo a equipa de inventariação do Museu, o fundo documental foi transferido do depósito da Avenida da República, onde estava acondicionado, para o Museu, nos anos 80/90, para um estudo de um investigador. Na posse do Museu, há apenas catorze das dezasseis caixas-arquivo (faltam as n.ºs 1 e 15). Sobre esta situação e sobre o motivo da transferência não há documentação, bem como, não foram identificados registos sobre o fundo documental, quando este se encontrava no Arquivo, antes de integrar a instituição museológica.

Sem informações sobre o fundo documental, não é possível responder a várias perguntas, tais como: O fundo foi inventariado no Arquivo? Em que ano ocorreu a sua transferência para o Museu de Lisboa? Qual o motivo dessa transferência? Porque é que faltam as caixas n.ºs 1 e 15? Chegaram a ser entregues ao Museu?

No entanto, algumas das informações necessárias para o registo do bem cultural, tal como é referido no subcapítulo “Incorporação e Registo”, puderam ser indicadas por um membro da equipa que tinha memória do período em que o fundo documental foi transferido para o Museu. Todavia, o correto seria estar na posse da equipa a documentação necessária para a sua incorporação, nomeadamente, o recibo de entrada, o parecer técnico e o termo de transferência (COSTA, 2006, p. 34).

Atualmente, não existe uma política de incorporação do Museu de Lisboa. Contudo, apesar de não existir um documento aprovado, são seguidas diretrizes para a incorporação dos seus objetos. Assim sendo, na instituição a incorporação é realizada por doação, compra ou transferência de objetos relacionados com a história de Lisboa provindos de serviços municipais. Sendo que um dos critérios para a aquisição de peças

⁵⁰ Documento realizado pela Comissão Executiva do Monumento, onde é explicado como foi organizada a documentação sobre o monumento, antes de ser entregue ao Arquivo da CML. (MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6197.066)

é a sua capacidade interpretativa, permitindo a sua integração nas exposições do Museu
51.

4.3. INVENTARIAÇÃO

Após a recolha de informações sobre a sua incorporação foi necessário entender as técnicas de inventário que melhor se aplicariam para tornar estes bens culturais em objetos-documentos museológicos. Uma das primeiras questões foi entender em que categoria⁵² seriam classificados os elementos que compunham a coleção do Monumento ao Marquês de Pombal.

As categorias onde se integram as peças foram pré-definidas consoante a técnica, matéria de base ou funcionalidade, obedecendo ao estipulado na coleção “Normas de Inventário”, segundo o Regulamento Interno do ML (EGEAC, p. 24). O fundo documental foi integrado na categoria de “*Espólio Documental*”, o impresso em “*Impresso*” e o carimbo em “*Equipamentos e Utensílios*”.

Para se compreender essa integração foi necessário diferenciar o que é uma coleção, um fundo documental e um espólio documental. Dessa forma, recorreu-se à obra de André Desvallés e François Mairesse⁵³, onde é referido que uma coleção é um conjunto de objetos (materiais ou imateriais), reunidos, classificados, conservados e divulgados por um indivíduo ou estabelecimento (DESVALLÉS *et al.*, 2013, p. 32). Enquanto o fundo documental, termo arquivístico, é um conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos de forma automática e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral, ou por uma família no exercício das suas atividades, ou funções (ROSSEAU *et. al*, 1998, p.p. 90-91).

⁵¹ Informações transmitidas oralmente pelo Doutor Paulo Almeida Fernandes, Coordenador do Serviço de Inventário e Investigação do Palácio Pimenta – Museu de Lisboa.

⁵² As categorias definidas do Museu de Lisboa são: «*Adereços de Cena, Arqueologia, Azulejaria, Brinquedos, Cerâmica, Cestaria, Colagem, Desenho, Elementos de Construção, Epigrafia, Equipamentos e Utensílios, Escultura, Espólio Documental, Filatelia, Fotografia, Grafiti, Gravura, Impressos, Instalação, Instrumentos Científicos, Instrumentos Musicais, Livro de Artista, Luminária, Maquetas, Marionetas, Medalhista, Meios de Transporte, Metais, Mobiliário, Mosaico, Numismática, Ourivesaria, Pintura, Relojoaria, Têxteis, Traje, Vidros, Vitrais*» (EGEAC, p. 24)

⁵³ Obra *Conceitos-Chave de Museologia*

Já o espólio documental, segundo o Caderno de Normas de Inventário de Espólio Documental, é composto por bens que fornecem informações sobre entidades, eventos, atividades, objetos ou ideias, sendo o seu suporte, maioritariamente, papel ou materiais derivados do mesmo, regendo os bens bidimensionais. Esta categoria é composta por documentos gráficos (bilhetes, convites, folhetos, programas, entre outros), mas também inclui subconjuntos, como os documentos manuscritos, impressos ou elementos nos quais a dimensão iconográfica seja predominante à informação textual (ALVAREZ *et al.*, 2009, pp. 13-13).

Logo, como o fundo documental da Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal, era constituído por objetos bidimensionais em papel (documentos manuscritos e impresso), que se referem a uma entidade (a Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal), a eventos (por exemplo, a inauguração do Monumento ao Marquês de Pombal, em 1934) e a diversas atividades realizadas ao longo da construção do Monumento, entende-se o porquê do Museu escolher integrar o objeto de estudo na categoria de «Espólio Documental».

Outra questão foi perceber como o fundo documental era constituído e organizado, se por temas ou por ordem cronológica. Também, foi importante tentar entender se o fundo mantinha a organização original, tal como a Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal o havia entregue ao Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, em 1934, ou se esta já havia sido alterada.

Por esse motivo, cada caixa e as suas pastas foram abertas, sendo realizada uma leitura rápida de cada documento. Então, percebeu-se que em cada caixa, as suas respetivas pastas, representavam um processo relativo a um tema (por exemplo, “*Documentos de Despesa de 1928*”), e os seus documentos estavam por ordem cronológica.

Em relação à questão do possível desmembramento do fundo, durante o período que pertenceu ao arquivo da CML, foi confirmado pelo Relatório de Contas da Comissão do Monumento ao Marquês de Pombal (MUSEU DE LISBOA - ML.ESP.DOC.6197.066) que a disposição de cada caixa e o conteúdo das suas pastas, se mantinha organizado da mesma forma.

Posteriormente, à identificação da organização do conteúdo do fundo documental, cada pasta foi trabalhada individualmente, com a realização do inventário museológico. Este dividiu-se em duas fases, a atribuição do número de inventário e a sua respetiva

marcação, e a realização da ficha de inventário museológico desenvolvido, com o seu respetivo preenchimento.

A atribuição do número é realizada para a identificação e segurança do objeto-documento, de modo a ser encontrado em qualquer situação, seja manual ou informaticamente. Neste caso, como o processo de inventário foi realizado no *In Patrimonium*, efetuou-se no mesmo, uma pesquisa na categoria de “Espólio Documental” do Museu de Lisboa, para se saber qual o último número atribuído e não existirem repetições.

Com o conhecimento do último número de inventário, associou-se um número único e constante a cada pasta, fazendo referência à instituição e à tipologia do acervo (por exemplo, ML.ESP.DOC.6157.000). Já os documentos que pertencem à respetiva pasta, receberam um número encadeado (por exemplo, ML.ESP.DOC.6157.001). A identificação do impresso e do carimbo foi alvo do mesmo procedimento, mas em categorias diferentes, mencionadas acima.

Com a identificação do objeto-documento, este foi marcado consoante as práticas defendidas pelas Normas de Inventário (PINHO *et al.*, 2000, p. 31) e as divulgadas pelo CIDOC (CIDOC, 2015, pp. 17-19). Nesse sentido, a documentação e o impresso tiveram o seu número de inventário marcado no seu verso, na margem inferior do lado direito, a lápis HB2, para que não interferisse com a estética do documento. No caso do carimbo, como este foi mantido numa caixa, o seu número foi escrito na aba inferior da mesma.

Após a marcação do número de identificação, passou-se à etapa de realização da ficha de inventário, na base de dados, onde se detalha as informações materiais e imateriais do objeto cultural.

O preenchimento das fichas de inventário do espólio documental da coleção do Monumento ao Marquês de Pombal, foram sustentadas pelas Normas de Inventário – Normas Gerais⁵⁴, em conjunto com as Normas de Inventário – Espólio Documental⁵⁵.

No sistema *In Patrimonium*, a realização do preenchimento informatizado das informações sobre a coleção do Monumento foi efetuada em registos com campos pré-

⁵⁴ Ver Normas de Inventário: Normas Gerais, Artes Plásticas e Artes Decorativas, disponível em: http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/Download/Normas/AP_AD_NormasGerais.pdf

⁵⁵ Obra que apresenta um trabalho resultante de contactos com entidades detentoras de fundos e coleções documentais, nomeadamente, museus, bibliotecas e arquivos. (ALVAREZ *et al.*, 2009, p. 5)

definidos, os denominados “campos de informação sumária” (SISTEMAS DO FUTURO, 2020, pp. 25-27), nomeadamente, o número de inventário, o nome da instituição, a designação, o título, a descrição e as fichas relacionadas⁵⁶. Estes campos, segundo Alexandre Matos (2007, pp. 72-73), são alguns dos elementos que constituem o inventário sumário.

No entanto, a análise feita em conjunto com a equipa do Museu à coleção, e seguindo os elementos necessários para uma ficha de inventário museológico, também segundo a Lei-Quadro (Lei n.º 47/2004, 2004, p. 5381), entendeu-se a necessidade de escolher outros campos que estivessem estabelecidos noutros registos do ML da mesma categoria. Assim, complementar-se-ia o conhecimento sobre a coleção e existia uma normalização de procedimentos.

A escolha dos campos nas tabelas específicas (SISTEMAS DO FUTURO, 2020, pp. 5-20) ocorreu com a ajuda das normas de inventário, as Normas Gerais (carimbo) e de Espólio Documental (fundo documental e impresso), realizando o denominado inventário museológico desenvolvido.

Os campos de informação adicionados ao registo sumário para a organização do inventário desenvolvido da coleção do Monumento ao Marquês de Pombal, foram: autoria; classificação; cronologia; estado de conservação; funções/uso; incorporação; inscrição; inventariante; localização; materiais; medidas; proveniência⁵⁷. Sendo este um processo realizado para o espólio documental, impresso⁵⁸ e carimbo⁵⁹.

Com a organização dos elementos das fichas de inventário para a coleção do Monumento foi realizada a fase de preenchimento dos campos com as informações, a denominada catalogação.

O trabalho de catalogação é contínuo e nunca está terminado. Repare-se que basta um dos bens ser mudado de localização ou ser alvo de medidas de conservação, que será necessário atualizar essas informações.

⁵⁶ Ver Anexo 1.

⁵⁷ Ver Anexo 2.

⁵⁸ Ver Anexo 3.

⁵⁹ Ver Anexo 4.

No final desta etapa, a Coleção do Monumento ao Marquês de Pombal ficou documentada por 3390 fichas de inventário, onde constam as que pertencem ao *Espólio Documental, Impressos e aos Equipamentos e Utensílios*⁶⁰.

4.4. DIGITALIZAÇÃO

O espólio documental da coleção do Monumento ao Marquês de Pombal foi digitalizado com o intuito de ser preservado e divulgado.

Antes de ser iniciado o processo de digitalização, o espólio documental foi alvo de um tratamento de higienização (SPINELLI *et al.*, 2011, pp. 15-20). Esse tratamento consistiu na eliminação de sujidades (poeiras), de agentes considerados agressores (clips, marcadores de página e agrafos), na união de rasgos e cortes, e na correção de dobras existentes. Para isso usaram-se instrumentos, tais como: a trincha de pelos macios, para retirar a sujidade superficial, a pinça e a espátula para remover o material metálico agregado aos documentos.

A digitalização foi realizada utilizando dois dispositivos: um computador (fixo ou portátil) e um dispositivo de captura. São características importantes do computador ter uma resolução de alta qualidade, uma boa gestão de cores e ter portas para ligar o dispositivo de captura (ELVIRO, 2021, p. 31).

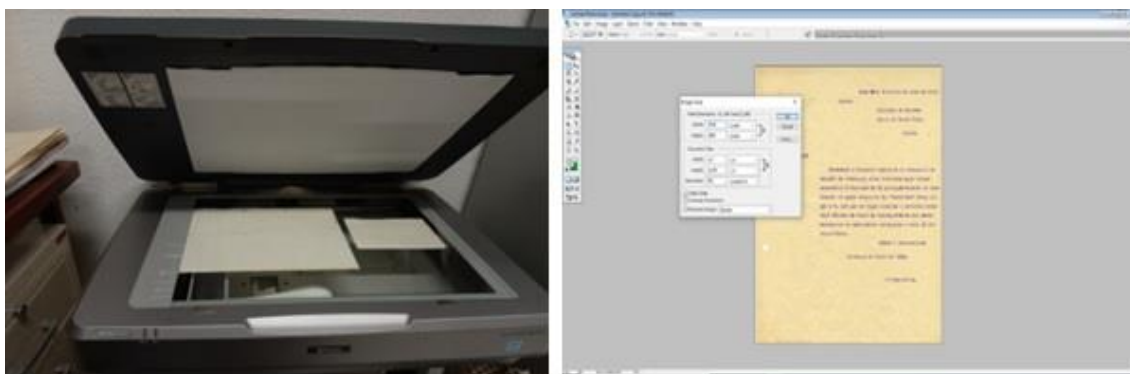


Figura 6. Processo de digitalização da Coleção do Monumento ao Marquês de Pombal.

1. Dispositivo de captura utilizado para a digitalização do espólio documental e impresso (esq.); 2. Processo de edição das imagens digitais utilizando o programa Adobe Photoshop (dir.).

Fonte: Imagem da autora; print screen do programa Adobe Photoshop.

⁶⁰ 3388 fichas de inventário do Espólio Documental, 1 dos Impressos e 1 dos Equipamentos e Utensílios.

Já o dispositivo de captura, foi um digitalizador plano, cujo requisito era ter no mínimo uma resolução de 400 píxeis por polegada (ELVIRO, 2021, p. 33). O digitalizador plano serviu para digitalizar documentação (folhas soltas, impressos, folhetos) e fotografia, nos tamanhos A3 e A4 (ELVIRO, 2021, pp. 25-26) (Figura 6). Sempre que foi necessário digitalizar documentação com dimensões maiores, por exemplo, mapas ou desenhos, e para não perder qualidade, foi utilizada a técnica de visualização em quadrícula. Essa técnica consiste em dividir o documento em várias partes e digitalizar individualmente cada uma delas. Depois disso, faz-se a sua junção através de um *software* de edição de imagens (neste caso, o Adobe Photoshop) (Figura 6), para ter a reprodução digital do documento (ELVIRO, 2021, p. 47).

Com o manuseamento destes dois dispositivos foi realizada a digitalização individual de cada documento do espólio documental e impresso, tendo em atenção para não haver dobras, e nos casos de documentos repetidos, digitalizar apenas o que estava melhor preservado.

Para ajudar na gestão e configuração da digitalização foi usado o mesmo *software* de edição (Adobe Photoshop). O programa foi utilizado para assegurar a produção integral e as dimensões do documento físico, através do recorte de margens e aplicar a resolução correta, de 300 píxeis por polegada. Um valor que a equipa do Museu definiu e que está de acordo com as recomendações estabelecidas (ELVIRO, 2021, p. 125). Nesse programa, após a imagem ser digitalizada, foi guardada em formato JPEG (*Joint Photographic Experts Group*), na base de dados de imagens do Museu. O formato selecionado é utilizado nas imagens de documentos para consulta, uma vez que tem uma boa relação entre o peso e qualidade (ELVIRO, 2021, p. 46).

Desta maneira, o formato usado nas imagens digitais permite simplificar a sua visualização e divulgação na *web*, nomeadamente, no registo das fichas de inventário no programa *In Patrimonium* e na sua difusão na coleção *online* do Museu de Lisboa.

No caso do carimbo, por ser um objeto tridimensional, será digitalizado com uma câmara fotográfica, para obter-se imagens digitais de várias perspetivas do objeto, com boa qualidade, de forma a captar todos os detalhes.

O processo de digitalização do espólio documental da coleção do Monumento ao Marquês de Pombal não ficou concluído por limitações de tempo. Ainda assim, a base de

imagens do Museu de Lisboa, na tipologia de espólio documental e impressos, adquiriu 4711 imagens digitais referentes a esta coleção.

4.5. ACONDICIONAMENTO



Figura 7. Sala de Gráficos, na Reserva Central, do Museu de Lisboa.

1.Zona de acondicionamento de espólio documental e documentação com moldura (esq.); 2. Zona de acondicionamento da documentação emoldurada (cen.); 3. Zona de acondicionamento de documentação com e sem moldura.

Fonte: Imagens da autora.

A última etapa deste estudo consistiu no acondicionamento do espólio com o propósito de o conservar, tendo em conta fatores, como: a localização no edifício, o espaço da reserva técnica e a tipologia do objeto-documento preservado.

No caso específico da coleção, esta foi acondicionada na reserva central do Museu de Lisboa, em Palma de Baixo, na sala de gráficos (Figura 7). Essa sala, que fica no 1.º Piso, tem o seu espaço otimizado, organizado com estantes metálicas, armários metálicos com gavetas e grades metálicas, como é recomendado (CAMACHO, 2007, p.77). Nas estantes é acondicionado o espólio documental, em caixas-álbum com argolas, *acid free*, e documentação emoldurada, que também consta nas grades metálicas, identificadas com etiquetas *acid free*. Nos armários com gavetas encontram-se os documentos gráficos sem moldura.

Para o espólio documental da coleção do Monumento, por ser constituído por material orgânico e por já sofrer de algumas deteriorações (sujidade, rasgos, manchas de

oxidação de metais, amarelecimento e descoloração), adotou-se um acondicionamento que não agravasse o seu estado de conservação.

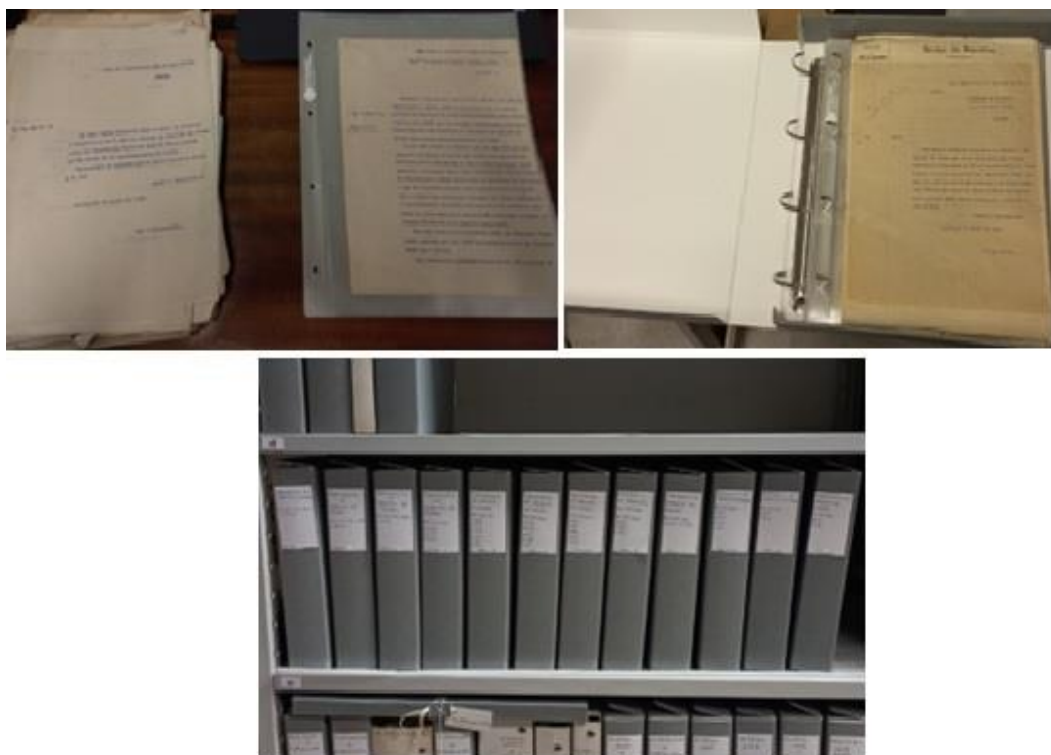


Figura 8. Processo de acondicionamento da Coleção do Monumento ao Marquês de Pombal.

1. A colocação dos documentos nas bolsas de poliéster (esq.); 2. Organização das bolsas de poliéster nas caixas-álbum de argolas acid free (dir.); 3. Disposição das caixas-álbum identificadas no armário metálico na Sala de Gráficos, na Reserva Central do Museu de Lisboa (cen.).

Fonte: Imagens da autora.

O acondicionamento da coleção foi realizado em bolsas de poliéster, de tamanho A4 e A5, dependendo do formato dos documentos (Figura 8). O poliéster é recomendado uma vez que protege os documentos do contacto com elementos como gases ou gorduras, contém boas propriedades óticas e resistência térmica (BRITO, 2010, p. 7).

Os documentos foram organizados nas bolsas, seguindo a ordem do número de inventário, e colocadas pela mesma ordem, nas caixas-álbum com argolas, de cartão *acid free* (Figura 8). Antes de as caixas serem deslocadas para a sala de gráficos, na Reserva, foram identificadas na lombada, com etiquetas com o nome da coleção e os números de inventário que compunham cada caixa. Posteriormente, as caixas foram empilhadas nas prateleiras metálicas correspondentes ao espólio documental (Figura 8).

Como o processo de acondicionamento foi sempre realizado após a conclusão da digitalização de cada caixa-arquivo do espólio documental, não foi possível concluí-lo. No entanto, a coleção do Monumento ao Marquês de Pombal ficou acondicionada até à caixa-arquivo n.º 12. A documentação, que não foi reacondicionada, foi recolocada nas suas antigas caixas-arquivo, para continuar preservada, até que se possa dar continuidade a este processo.

5. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

Durante o trabalho de documentação da Coleção do Monumento ao Marquês de Pombal surgiram algumas questões relativas à documentação museológica, que poderão servir como linhas de trabalho futuro, as quais serão refletidas ao longo do capítulo.

A documentação museológica é um conjunto de informações, reunidas e catalogadas, relativas às coleções integradas na instituição, como também aborda o processo de gestão do museu. Contudo, o objeto cultural ou científico só tem significado se dispuser de uma documentação completa, ou seja, a aquisição de uma peça que não tenha documentação não deve ser realizada, pois tornar-se-á num objeto inútil⁶¹. Ainda assim, existem exceções, pois a documentação dos objetos pode ser adquirida posteriormente, por pesquisa sistemática (ICOM, 1970, p. 1).

O caso da Coleção do Monumento ao Marquês de Pombal pode ser considerado uma dessas exceções. O Museu de Lisboa não tinha nenhuma documentação que permitisse perceber o historial da coleção antes de ser incorporada, uma vez que o próprio processo da sua transferência, tal como a falta de alguns objetos, não estava registado. No entanto, com a realização do inventário da coleção, os próprios objetos revelaram conter informações que puderam formular documentação museológica. Porém, ainda assim, existem muitas questões por responder como se referiu no subcapítulo 4.2.

A falta de documentação pode ocorrer devido a várias situações, como a mudança de equipa, as migrações de dados (MYERS, 2017, p. 7) e a deslocação das coleções para outras instalações (FURTADO, 2021, p. 93). Logo, avaliando a atividade do Museu de Lisboa na época em que ocorreu a transferência da coleção do Monumento do Marquês de Pombal, nos anos 80/90, a situação que se mostra mais plausível, caso tenha existido documentação, é que a mesma se tenha perdido na sua mudança para a instituição museológica.

Além disso, outro fator que pode ter contribuído para esta situação foi a ausência de uma política de incorporação. A implementação dessa política poderia ter ajudado a combater a falta ou perda da documentação museológica, uma vez que estabeleceria os princípios e os procedimentos que garantiam um correto registo de informações

⁶¹ Objetos que não têm documentação associada, não contendo significado e valor para a instituição museológica. (FRAGOSO, 2018, p. 14)

associadas ao processo. Contudo, a política de incorporação só se tornou num documento obrigatório na atual Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto), em 2004.

Todavia, mesmo com o passar dos anos, o Museu de Lisboa ainda não tem definida uma política de incorporação. Embora a equipa siga diretrizes para incorporar os objetos, seria muito importante que o Museu conseguisse estabelecer a sua política de incorporação, de modo a existirem menos fatores que colaborem para com a perda ou falta de documentação museológica.

Após a finalização do processo de incorporação, os objetos museológicos devem ser obrigatoriamente alvo de inventário museológico, conforme a Lei-Quadro (Lei n.º 47/2004, 2004, p. 5381). Habitualmente, se o museu não atribui número de entrada⁶², deve ser concedido um número de inventário e depois é que se efetua a definição da categoria onde o objeto será inserido, antes de ocorrer a realização da ficha de inventário. Todavia, no Museu de Lisboa a definição de categorias é realizada antes da atribuição do número, porque o número de inventário está decorrente da categoria. Contudo, essa atribuição não deve ser subjetiva, consoante a pessoa que inventaria, mas antes deverão ser estabelecidos critérios claros.

No caso da coleção em estudo, os seus objetos foram inseridos nas categorias de *Espólio Documental*, *Impressos* e *Equipamentos e Utensílios*, seguindo os critérios das Normas de Inventário: Normas Gerais. No entanto, nestas normas não se faz referência à categoria “Impresso” e, como tal, uma pessoa menos informada atribuiria um objeto desta tipologia à categoria de espólio documental por ser um elemento em papel⁶³, (IMC, 2009, p. 13), mas o Museu considera-as como categorias diferentes (EGEAC, p. 24). O que pode acontecer e estar correto, desde que funcione para o Museu e que esteja definido, algo que não se encontra.

Por essa razão, aconselha-se ao Museu de Lisboa que crie um documento orientador, um manual interno de procedimentos de documentação e inventariação, onde

⁶² No caso de o museu atribuir o número de entrada, então o número de inventário pode ser determinado após a definição da categoria, como se encontra determinado nas Normas de Inventário – Normas Gerais (2000, pp. 20-25)

⁶³ Provavelmente, um dos critérios para distinguir ambas as categorias é os documentos serem manuscritos e os impressos não tem elementos escritos. No entanto, existem documentos com informação manuscrita que são considerados impressos, ou seja, é muito importante que existam critérios definidos para se poder diferenciar as categorias.

esteja muito claro o que faz parte das categorias «espólio documental» e «impresso» e o que as distingue. Assim sendo, qualquer pessoa, que pertença à equipa do Museu ou um académico que queira ter mais conhecimento sobre o assunto, está apto para diferenciar as duas categorias, e outras, e a não cometer o erro de colocar os objetos em categorias a que não pertencem. Nesse manual interno, além da definição de categorias, também, se deve mencionar todas as práticas e procedimentos relativos à sua incorporação, inventariação, digitalização e acondicionamento. Deste modo, ajuda a equipa a gerir, compreender e interpretar a coleção, e a existir uma normalização do procedimento interno, tal como a continuação das linhas de trabalho desenvolvidas (FURTADO, 2021, p. 91).

Posto isto, a elaboração deste manual⁶⁴ pode ajudar a solucionar questões relativas às funções do Museu e, nomeadamente, a que a documentação seja efetuada conforme as normas definidas, independente se houver mudanças do quadro de pessoal na entidade museológica (FURTADO, 2021, p. 104).

Outra reflexão, considerada ao longo deste trabalho, tem a ver com o sistema de gestão de coleções adotado pelo Museu, o *In Patrimonium*, um sistema com uma estrutura de dados eficiente que têm respondido às necessidades das diferentes coleções.

Relativamente à coleção do Monumento ao Marquês de Pombal, esta é composta por objetos bidimensionais (documentos e impresso) e objetos tridimensionais (carimbo). O que pode levar ao erro de se considerar que na realização do inventário e catalogação, os campos de informação seriam muito distintos, por os objetos serem de naturezas diferentes. Contudo, com a utilização do programa percebe-se que a sua estrutura de dados foi construída de modo a documentar objetos de diferentes tipologias, sejam estes um documento em papel ou um objeto tridimensional, pois ambos são objetos materiais (VAZ, 2014, p. 18). Tal como esses objetos numa outra instituição da memória (Arquivo e Biblioteca) são considerados objetos bibliográficos e documentos de arquivo (GOMES *et al.*, 2011, p.45). Isso ocorre porque os objetos tiveram uma criação, existindo um autor, matéria, dimensões, etc., ou seja, existe um fio condutor comum a todos. No entanto, pode haver especificidades em algumas situações muito concretas, especialmente nos termos adotados por cada instituição. Existem casos para os objetos bibliográficos de

⁶⁴ Um exemplo de um manual de gestão de coleções é do Museu da Saúde, que se encontra disponível em WWW: <URL: https://www.insa.min-saude.pt/wp-content/uploads/2016/12/MS_ManualProcedimentos.pdf>.

haver a necessidade do campo de informação *Editor*, mas este está assumido como *Produtor*, ou o campo *N.º de Edições* que se assume na terminologia museológica por *Dados de Produção*.

Por isso, quando se efetua o registo da ficha de inventário aparecem só campos de informação definidos que solicitam conhecimento sumário sobre a peça, mas que não são específicos o suficiente para categorizar um objeto. Só com a agregação dos campos ocultos são catalogadas as suas características. Como tal, ficou evidente que existem poucas diferenças quanto aos campos de informação utilizados nas fichas para objetos de diferentes categorias. O que leva a concluir que objetos são objetos, independentemente se são bidimensionais ou tridimensionais, não existindo assim tantas fronteiras e muros, porque existem ligações que os permitem comunicar.

Mediante a referência aos campos de informação “obrigatórios” definidos no *In Patrimonium*, também se realizou a análise se estes são os melhores elementos para fazer a identificação sumária de um objeto.

No sistema de gestão de coleções do Museu, o registo individual de cada ficha de inventário e a sua catalogação tem como campos de informação “obrigatória” definidos, o *Número de Inventário*, *Museu*, *Designação*, *Título*, *Descrição* e *Fichas Relacionadas*, elementos que, segundo um estudo de Alexandre Matos (2007, p. 72), fazem parte das informações recolhidas no registo do objeto e do inventário sumário, tal como se encontram nos grupos de informação estabelecidos na Norma Spectrum (COLLECTIONS TRUST, 2014, p. 46) ou seja, dados que dão a conhecer o objeto no espaço museológico. Já os campos de informação alusivos às características dos objetos ou que necessitam de uma investigação mais aprofundada (Matos, 2007, p.74), encontram-se ocultos do registo, eles só são agregados mediante a informação que o inventariante quiser disponibilizar na ficha.

Contudo, isto levanta a questão de que se os campos de informação obrigatórios servem para facilitar a identificação do objeto, talvez faça falta aplicar outros campos relativos à categoria, à autoria, às dimensões e à localização. Pois, se um sistema de gestão de coleções é adotado conforme as necessidades das coleções da instituição, e se a escolha da categoria é um dos primeiros processos pelo qual o objeto passa neste Museu, antes mesmo da atribuição do número de inventário, para que se reconheçam as diferentes tipologias de objetos, seria importante considerar esse campo. Quanto à autoria, para

muitos talvez possa ser questionável se deveria ser obrigatório⁶⁵, mas todos os objetos materiais são criações de alguém, existe sempre um autor, mesmo que seja desconhecido, o que torna esta informação pertinente para estar associada. Já as dimensões e a localização, juntam-se ao campo da categoria, por serem elementos essenciais para distinguir uma peça das outras, ou seja, a importância de reconhecer e encontrar um objeto de forma rápida e imediata, esteja este numa reserva ou numa exposição.

⁶⁵ Já que é um campo, em conjunto com *Técnica e Estado*, que faz parte das características de um objeto que necessita de um estudo e análise mais aprofundada. (MATOS, 2007, p. 74)

6. CONCLUSÃO

O principal objetivo deste trabalho foi desenvolver o inventário e a documentação da coleção do Monumento ao Marquês de Pombal, que pertence ao Museu de Lisboa, para abordar a transformação dos bens culturais em objetos museológicos. Diante disso, foi adotada metodologia de trabalho e bibliografia existente sobre a temática, para identificar e comparar as práticas que são aceites globalmente e as que são os atuais procedimentos de documentação e inventariação adotados pelo Museu.

Este método demonstrou que o Museu de Lisboa para a musealização dos objetos rege-se por quatro etapas, que estão definidas bibliograficamente, a incorporação, inventariação, digitalização e acondicionamento. No entanto, as ações realizadas de acordo com cada etapa, para atingirem os objetivos descritos na bibliografia, não são bem conseguidos e, portanto, não ajudam a normalizar os procedimentos.

Alguns dos motivos que contribuíram para a ausência de uma normalização foi a falta de documentação prévia dos objetos deste estudo e a não definição clara das práticas adotadas para documentar e preservar o seu acervo, levou a constatar que o Museu deve criar uma política de incorporação que defina os critérios para diferenciar os bens culturais que devem integrar o seu acervo e quais não. Da mesma maneira que se deve investir num instrumento de trabalho, um manual interno de procedimentos, que defina todos os procedimentos e práticas realizadas nos diferentes processos para musealizar os objetos que integram o seu acervo. Sendo que, não descurando todo o trabalho que tem sido realizado até hoje pela equipa técnica do Museu, estes contributos se forem desenvolvidos vão agregar melhorias à gestão do museu, especialmente na preservação da informação sobre os itens do seu acervo.

Todavia, é importante referir que estas considerações devem ser tidas como linhas de trabalho futuro, já que os desenvolvimentos de projetos desta natureza devem ser efetuados por uma equipa multidisciplinar.

Tendo em conta o tempo limitado para a elaboração do estágio, o objetivo de realizar o inventário da coleção do Monumento ao Marquês de Pombal foi concretizado. No entanto, não foi possível terminar os processos de digitalização e acondicionamento do espólio documental e do carimbo, mas os mesmos foram desenvolvidos de forma mais completa possível.

Além disso, esta experiência de estágio permitiu conhecer como decorre um dia a dia de trabalho num museu, através da realização de outras atividades, além das que eram relativas ao objeto deste estudo, ligadas ao serviço educativo e ao de conservação e restauro, como acompanhar visitas guiadas às exposições, desmontar as exposições, embalar e desembalar os objetos.

Por fim, apesar de este trabalho ser centrado na realidade do Museu de Lisboa, em particular na coleção do Monumento ao Marquês de Pombal, com o propósito de ser útil para a sua equipa tirar conclusões sobre a coleção, e ser um meio de divulgação sobre a história do Monumento. Considera-se que a sua utilidade possa contribuir para a discussão dos elementos abordados, na área da documentação em museus, onde são apresentadas algumas fragilidades que ocorrem em contexto nacional, em outras entidades museológicas.

BIBLIOGRAFIA

- A CASA SENHORIAL - **Palácio da Mitra** [Em linha]. 2014. [Consult. 18 fev. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/bgeral/143-palacio-da-mitra>>.
- A CASA SENHORIAL - **Palácio Sousa Mexia** [Em linha]. 2014. [Consult. 3 mar. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/bgeral/154-palacio-sousa-mexia>>.
- ABREU, José Guilherme – **Uma saga monumental. A ereção da estátua do Marquês de Pombal em Lisboa** [Em linha]. [s.d.]. [Consult. 10 mai. 2022]. Disponível em WWW: <URL: https://www.academia.edu/24523817/Uma_saga_monumental_A_ere%C3%A7%C3%A3o_da_est%C3%A1tua_do_Marqu%C3%AAs_de_Pombal_em_Lisboa>.
- ALVAREZ, José Carlos; PATRÃO, Sofia - **Normas de Inventário: Espólio Documental** [Em linha]. Lisboa : IMC – Instituto dos Museus e da Conservação, 2009. 66 p. [Consult. 18 jul. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/05/ap-ad-espoliodocumental.pdf>>.
- ALVES, Juliana Rodrigues - **Avaliação para gestão de coleções em museus: uma proposta de indicadores de desempenho com base na norma Spectrum** [Em linha]. Porto : Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2020. 751 p. Tese de Doutoramento. [Consult. 29 jul. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://hdl.handle.net/10216/131189>>.
- AMAGA VICTORIA - **Small Museums Cataloguing Manual** [Em linha]. 5.a ed. Carlton: Melbourne Museum, 2021. 115 p. [Consult. 29 jun. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://amagavic.org.au/assets/resources/10032/Small-Museums-Cataloguing-Manual-5th-Edition.pdf>>. ISBN 978-0-9806707-3-8.
- ARAÚJO, Norberto de - **Inventário de Lisboa. Fascículo 8** [Em linha]. Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa, 1950. 60 p. [Consult. 6 fev. 2022]. Disponível em

WWW:<URL:http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/InventariodeLisboa/Fasc08/Fasc08_master/InventariodeLisboa_Fasc08.pdf>.

- BASTOS, Margarida Almeida [et al.] – **Irisalva Moita: um percurso fotobiográfico**. Lisboa: Museu de Lisboa – EGEAC, 2019. 200 p. ISBN 978-972-8403-50-8.
- BRAGA, Ana Isabel Vieira - **Sistemas de Documentação e Inventário de uma Coleção de Cerâmica Arqueológica da Quinta do Rouxinol** [Em linha]. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012. 191 p. Relatório de Estágio de Mestrado. [Consult. 27 dez. 2021]. Disponível em WWW: <URL:https://run.unl.pt/bitstream/10362/7748/1/Relatório%20de%20Estágio_Ana%20Braga.pdf>.
- BRITO, Fernanda - **Oficina como fazer: Confeção de embalagens para acondicionamento de documentos** [Em linha]. São Paulo : Associação de Arquivistas de São Paulo, 2010. 52 p. [Consult. 20 mai. 2022]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2012/09/Confeção-de-Embalagem-Acondicionamento-de-Documentos-AASP.pdf>>.
- BRITO, Mariana Vieira de - A Política de Patrimônio Francesa: Esboçando seu Passado e Presente. **Revista CPC** [Em linha]. 13:25 (2018) 87-111. [Consult. 26 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/135621>>.
- CAMACHO, Clara [Coord.] - **Relatório Final** [Em linha]. Lisboa: Grupo de Projeto Museus no Futuro, 2020. 76 p. [Consult. 22 set. 2022]. Disponível em WWW: <URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2020/07/15/relatoriomuseusfuturo7_7.pdf>.
- CAMACHO, Clara [Coord.] - **Temas de Museologia. Plano de Conservação Preventiva: Bases orientadoras, normas e procedimentos** [Em linha]. Lisboa : Instituto dos Museus e Conservação, 2007. 134 p. [Consult. 12 mai. 2022]. Disponível em WWW:

<URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/ljf/ipmplanoconservacao_preventiva.pdf>. ISBN 978-972-776-322-1.

- CARRAPATOSO, Thiago - Digitalização Para Além do inventário. **Museologia & Interdisciplinaridade** [Em linha]. 10 (2021) 56-60. [Consult. 13 mai. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/34817/30813>>.
- CARVALHO, Ana - Museus & Pessoas: Joana Sousa Monteiro. **Boletim ICOM Portugal** [Em linha]. 3:9 (2017) 46-52. [Consult. 3 mai. 2022]. Disponível em WWW:<URL:<https://icom-portugal.org/wp-content/uploads/2017/06/Boletim-ICOM-Portugal-9-Jun-2017.pdf>>.
- CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima - Os Museus e a Representação do Conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In **VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** [Em linha]. Salvador/Bahia : [s.n.], 2007. [Consult. 19 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--012.pdf>>.
- CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira - Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia** [Em linha]. 10 (2000) 241-253. [Consult. 29 jul. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109390/107874>>.
- CIDOC - **Roteiros do CIDOC e Glossário da norma SPECTRUM 4.0** [Em linha]. São Paulo : Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 3, 2015. 16 p. [Consult. 9 jun. 2022]. Disponível em WWW: <URL:https://issuu.com/sisem-sp/docs/glossario-norma-spectrum_p4/1?e=5520473/13092222>.
- CIDOC-ICOM - **Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação** [Em linha]. São Paulo : Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1, 2014. 78 p. [Consult. 6 fev. 2022]. Disponível em WWW: <URL:

<https://cidoc.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/6/2020/03/CIDOC-Declaracao-de-principios.pdf>>.

- **COLLECTIONS TRUST – SPECTRUM 4.0: Padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido** [Em linha]. São Paulo : Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2, 2014. 256 p. [Consult. 27 jun. 2022]. Disponível em WWW: <URL: https://spectrum-pt.org/wp-content/uploads/2021/03/Spectrum_PT_NET.pdf>.
- **COLLECTIONS TRUST – SPECTRUM-Guia Técnico: Catalogação.** [Em linha]. [S.l.] : Grupo de Trabalho de Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM), Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), 2013c. 6 p. [Consult. 20 nov. 2021]. Disponível em WWW: <URL: https://spectrum-pt.org/wp-content/uploads/2017/04/01_Cat_SPECPT.pdf>.
- **COLLECTIONS TRUST – SPECTRUM-Guia Técnico: Entrada de Objeto** [Em linha]. [S.l.]: Grupo de Trabalho de Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM), Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), 2013b. 9 p. [Consult. 20 nov. 2021]. Disponível em WWW: <URL: https://spectrum-pt.org/wp-content/uploads/2017/04/07_EntObj_SPECPT.pdf>.
- **COLLECTIONS TRUST – SPECTRUM-Guia Técnico: Incorporação/Aquisição** [Em linha]. [S.l.]: Grupo de Trabalho de Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM), Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), 2013a. 10 p. [Consult. 20 nov. 2021]. Disponível em WWW:<URL:https://spectrum-pt.org/wp-content/uploads/2017/04/03_Incorp_SPECPT.pdf>.
- **COMISSÃO EUROPEIA – Biblioteca Digital Europeia duplica de tamanho mas evidencia também falta de solução comum à EU para direitos de autor na Web** [Em linha]. 2009. [Consult. 6 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_09_1257>.
- COSTA, Evanise Pascoa, org. - **Princípios básicos da museologia** [Em linha]. 21.a ed. Curitiba : Sistema Estadual de Museus, Secretaria de Estado da Cultura, 2006. 100 p. [Consult. 20 jun. 2022]. Disponível em WWW:

<URL:https://www.comunicacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/p_museologia.pdf>.

- CULTURAL PORTUGAL – **Nova Definição de Museu (ICOM)** [Em linha]. 2022. [Consult. 26 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.culturaportugal.gov.pt/pt/saber/2022/08/nova-definicao-de-museu-icom/>>.
- DESPRÉS-LONNET, Marie - L'écriture numérique du patrimoine, de l'inventaire à l'exposition : Les parcours de la base Joconde. **Culture & Musées** [Em linha]. 14 (2009) 19-38. [Consult. 26 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL:https://www.persee.fr/doc/pumus_1766-2923_2009_num_14_1_1505>.
- DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François, ed. lit. - **Conceitos-chave de Museologia** [Em linha]. São Paulo: Armand Colin, 2013. 101 p. [Consult. 20 nov. 2021]. Disponível em WWW: <URL:https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf>. ISBN 978-85-8256-025-9.
- EGEAC - **Museu de Lisboa. Regulamento Interno**. [S.l. : s.n.]. 47 p.
- EGEAC - **Plano de Atividades e Orçamento** [Em linha]. Lisboa : [s.n.], 2016. 95 p. [Consult. 18 fev. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.am-lisboa.pt/documentos/1460713344F7oIU6gs0Xs60KF3.pdf>>.
- ELVIRO, Julio Cordal, ed. lit. - **Recomendaciones para Proyectos de Digitalización de Património Bibliográfico y Fotografía Histórica** [Em linha]. Madrid: Ministerio de Cultura y Deporte, 2021. 245 p. [Consult. 10 mai. 2022]. Disponível em WWW: <URL:https://www.ccbiblio.es/wp-content/uploads/RecomendacionesDigitalización-versión_prepublicación_27092021.pdf>.
- FERNANDES, Lídia - Do Sítio Arqueológico ao Museu: Um Percurso (Também) Didático. **Arqueologia em Portugal. 2020 - Estado da Questão** [Em linha]. (2020b) 431-445. [Consult. 5 mai. 2022]. Disponível em WWW: <URL:https://www.academia.edu/44565492/Do_sítio_arqueológico_ao_museu_um_percurso_também_didático%3E.%20ISBN%20978-972-9451-89-8>.

- FERNANDES, Lúcia - Museu de Lisboa – Teatro Romano: Espaço museográfico e património arqueológico. **SCAENA – Revista do Museu de Lisboa-Teatro Romano** [Em linha]. 1 (2020a) 14-28. [Consult. 3 mai. 2022]. Disponível em WWW:<URL:https://www.academia.edu/44372698/Museu_de_Lisboa_Teatro_Romano_Espaço_Museográfico_e_Património_Arqueológico>. ISSN 2184-6979.
- FERNANDES, Paulo Almeida - O gosto pela representação tridimensional da cidade: a coleção de maquetas do Museu de Lisboa. **Boletim ICOM Portugal** [Em linha]. 3:15 (2020c) 88-92. [Consult. 3 mai. 2022]. Disponível em WWW:<URL:<https://icom-portugal.org/wp-content/uploads/2020/12/Boletim-ICOM-Portugal-serie-III-n.o-15-dez.-2020-versaofinal.pdf>>. ISSN 2183-3613.
- FERNÁNDEZ, Luis Alonso - **Museologia y museografía**. 3.^a ed. Barcelona : Ediciones del Serbal, 2001. 383 p.
- FERRAZ, Ângela - Crescimento Sustentável de Coleções: Uma Reflexão. **Revista Eletrónica Ventilando Acervos** [Em linha]. 8:2 (2020) 27-38. [Consult. 28 fev. 2022]. Disponível em WWW:<URL:<https://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/06.-Artigo-02-Angela-Ferraz-2020.pdf>>.
- FERREZ, Helena Dodd - **Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática** [Em linha]. Recife : IV Fórum de Museus do Nordeste, 1991. 7 p. [Consult. 22 jun. 2022]. Disponível em WWW:<URL:https://www.academia.edu/31151406/Documentação_Museológica_Teoria_para_uma_Boa_Prática>.
- FRAGOSO, Diana Salomé da Natividade - **OBETOS (IN)ÚTEIS. Metodologias de incorporação em museu. O espólio desportivo da extinta Associação Académica da Amadora** [Em linha]. Lisboa : Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, 2018. 89 p. Dissertação de Mestrado. [Consult. 6 ago. 2022]. Disponível em WWW:<URL:https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/33838/2/ULFBA_TES1125_Objeto_inuteis_2018.pdf>.
- FURTADO, Cláudia Sofia Marques - **Documentação e Inventariação da Coleção de Instrumentos Musicais do Museu Nacional da Música: Diagnóstico**

e Contributo para a Elaboração de um Guia de Utilizador sob a Perspetiva de Sistema Integrado de Informação [Em linha]. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2021. 245 p. Dissertação de Mestrado. [Consult. 29 jul. 2022]. Disponível em WWW: <URL:https://run.unl.pt/bitstream/10362/118996/1/CNL_Claudia_Furtado_57043.pdf>.

- GETTY, J. Paul - **Categories for the Description of Works of Art (CDWA): List of Categories and Definitions** [Em linha]. [S.l.]: J. Paul Getty Trust & College Association, Inc, 1996. 61 p. [Consult. 26 ago. 2022]. Disponível em WWW:<URL:https://www.getty.edu/research/publications/electronic_publications/cdwa/definitions.pdf>.
- GOMES, Michele de Almeida; SILVA, Maria Celina Soares de Mello - **Objetos Tridimensionais em Arquivos Pessoais de Cientistas. Arquivo & Administração** [Em linha]. 10:1 (2011) 31-49. [Consult. 29 jul. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56537>>.
- GUEDES, Natália Correia - **Elementos para a História da Comissão Portuguesa do ICOM. 15 anos de actividade, 1986-2001** [Em linha]. [S.l.] : ICOM Portugal, 2009. 4 p. [Consult. 8 fev. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<https://icom-portugal.org/wp-content/uploads/2015/03/Historia-ICOM-1986-2001-Guedes.pdf>>.
- HARPRING, Patricia - **Introduction to Controlled Vocabulaires. Terminology for Art, Architecture, and Other Cultural Works** [Em linha]. Los Angeles: Getty Research Institute, 2010. 259 p. [Consult. 26 ago. 2022]. Disponível em WWW:<URL:<http://d2aohiyo3d3idm.cloudfront.net/publications/virtuallibrary/160606018X.pdf>>. ISBN 978-1-60606-018-6.
- HOMULOS, Peter S. - **The Canadian National Inventory Programme. Museum** [Em linha]. 30:3/4 (1978) 153-159. [Consult. 26 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000034230>>. ISSN 0027-3996.

- ICOM - **Código Deontológico do ICOM para Museus** [Em linha]. [S.l.] : ICOM Portugal, 2009. 19 p. [Consult. 19 jun. 2022]. Disponível em WWW: <URL:https://icom-portugal.org/multimedia/CodigoICOM_PT%202009.pdf>.
- ICOM - Declaração de Caracas. ICOM 1992. **Cadernos De Sociomuseologia** [Em linha]. 15 (1999) 243-265. [Consult. 23 jun. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/345>>.
- ICOM - **Ethics of Acquisitions** [Em linha]. [S.l. : s.n.], 1970. 3 p. [Consult. 29 jun. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<http://ethicscodescollection.org/detail/92f0801c-23d2-4853-9b21-7fa6fa85154c>>.
- ICOM - **ICOM Statutes. Approved in Vienna (Austria) August 24, 2007** [Em linha]. 2007. [Consult. 9 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<http://icom-oesterreich.at/page/icom-international-statuten>>.
- ICOM – **Museum Definition** [Em linha]. 2022. [Consult. 26 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>>.
- ICOM PORTUGAL - **Quem somos** [Em linha]. [s.d.]. [Consult. 16 abr. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<https://icom-portugal.org/icom-portugal-quem-somos/>>.
- Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto da Lei-Quadro dos Museus Portugueses [Em linha]. **Diário da República: I Série-A**, N.º 195. [Consult. 15 nov. 2021]. Disponível em WWW: <https://files.dre.pt/1s/2004/08/195a00/53795394.pdf>>.
- MARIN TORRES, Maria Teresa - **História de la documentacion museológica: la gestión de la memoria artística**. Espanha: Ediciones Trea, 2002. 387 p.
- MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro - **Os sistemas de informação na gestão de coleções museológicas. Contribuições para a certificação de museus** [Em linha]. Porto : Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2007. 204 p. Dissertação de Mestrado. [Consult. 27 dez. 2021]. Disponível em WWW: <URL:[63](https://repositorio-

</div>
<div data-bbox=)

aberto.up.pt/bitstream/10216/13038/2/Tesemestsistemasdeinformacao000069301.pdf>.

- MATRIZ - **Apresentação** [Em linha]. 2022a. [Consult. 7 jul. 2022]. Disponível em WWW: <URL: http://www.matriz.dgpc.pt/pt_apresentacao.php>.
- MATRIZ - **Evolução** [Em linha]. 2022b. [Consult. 10 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL: http://matriz.dgpc.pt/pt_evolucao.php>.
- MATRIZNET - **Normas de Inventário** [Em linha]. [s.d.]. [Consult. 2 fev. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/NormasInventario.aspx>>.
- MAYRAND, Pierre - The new museology proclaimed. **Museum** [Em linha]. 37:4 (1985) 200-201. [Consult. 28 jan. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127347.nameddest=68373>>.
- MONTEIRO, Juliana - **Documentação em Museus e Objeto-Documento: Sobre Noções e Práticas** [Em linha]. São Paulo : Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo, 2014. 177 p. Programa de Pós-Graduação. [Consult. 29 jul. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-22012015-105632/pt-br.php>>.
- MUSEU DE LISBOA - Coleções [Em linha]. 2022d. [Consult. 28 fev. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.museudelisboa.pt/pt/colecoes>>.
- MUSEU DE LISBOA - **Coleção Online** [Em linha]. 2022c. [Consult. 26 fev. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <http://acervo.museudelisboa.pt/default.aspx>>.
- MUSEU DE LISBOA - **Galerias Romanas** [Em linha]. 2022b. [Consult. 3 mai. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://museudelisboa.pt/pt/nucleos/galerias-romanas>>.
- MUSEU DE LISBOA - **Sobre Nós** [Em linha]. 2022a. [Consult. 8 fev. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.museudelisboa.pt/pt/sobre-nos>>.
- MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6166.001

- MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6185.087
- MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6192.025
- MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6192.031
- MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6193.136
- MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6197.066
- MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6206.001
- MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6206.071
- MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6207.016
- MUSEU DE LISBOA, ML.ESP.DOC.6207.032
- MYERS, Arnold - Information Preservation for Musical Instruments - Keynote of the Annual Conference. **CIMCIM Bulletin** [Em linha]. (2017) 4-8. [Consult. 29 jul. 2022]. Disponível em WWW: <URL:https://cimcim.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/7/2019/01/Bulletin_September_2017_small__version.pdf> .
- NEGRI, Antonella - Catalogação dos Bens Culturais na Itália: Métodos, Ferramentas e Cooperação entre os Sistemas de Informação para a Gestão do Conhecimento. **Revista CPC** [Em linha]. 21 (2016) 99-118. [Consult. 29 jul. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/111860/115881>>.
- OLIVEIRA, Sílvia Maria Rodrigues; SILVA, Bento Duarte da - Os Museus e a Internet: a necessidade de um agir comunicacional. In **Actas da V Conferência Internacional de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação** [Em linha]. Braga : Centro de Competência da Universidade do Minho, 2007. [Consult. 26 ago. 2022]. 17 p. Disponível em WWW: <URL:<https://core.ac.uk/download/pdf/55610759.pdf>>.
- PEREIRA, Luís Filipe Raposo – Conservação de fundos documentais: implementação de um modelo de gestão de risco em arquivos, partindo do estudo de caso no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Portugal. **Conservar Património** [Em linha]. 19 (2014) 35-52. [Consult. 1 fev. 2023]. Disponível em WWW: <URL: https://arp.org.pt/revista_antiga/pdf/2014006.pdf>.

- PEREIRA, Pedro Teotónio - Santo António pelo mundo. **Boletim ICOM Portugal** [Em linha]. 3:17 (2021) 114-117. [Consult. 3 mai. 2022]. Disponível em WWW: <URL:https://icom-portugal.org/wp-content/uploads/2022/01/boletim_ICOM_portugal_17_dez_2021-1.pdf>. ISSN 2183-3613.
- PÉREZ, Andrés Carretero - Domus y la gestión de las colecciones museísticas. **Museus, Arqueologia y Nuevas Tecnologías** [Em linha]. (2005) 17-30. [Consult. 26 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1427752.pdf>>.
- PHILIPPS-UNIVERSITÄT MARBURG - **Über uns** [Em linha]. [s.d.]. [Consult. 19 jul. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.uni-marburg.de/de/fotomarburg/ueberuns>>.
- PINHO, Elsa Garret; FREITAS, Inês Cunha - **Normas de Inventário. Normas Gerais: Artes Plásticas e Artes Decorativas** [Em linha]. Lisboa : IPM - Instituto Português dos Museus, 2000. 99 p. [Consult. 1 dez. 2021]. Disponível em WWW: <URL:http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/Download/Normas/AP_AD_NormasGerais.pdf>.
- POLITIPÉDIA - **Lima, Henrique Linhares de (1876-1953)** [Em linha]. 2012. [Consul. 12 abr. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.politipedia.pt/lima-henrique-linhares-de-1876-1953/>>.
- POMIAN, Krzysztof - Foreword. In **Collectors & Curiosities: Paris and Venice, 1500-1800** [Em linha]. Cambridge: Polity Press, 1990. [Consult. 10 fev. 2022]. p. 1-6. Disponível em WWW: <URL: <https://pt.scribd.com/doc/169609427/Krzysztof-Pomian-Collectors-and-Curiosities>>. ISBN 0-7456-0680-6.
- RESTOS DE COLEÇÃO - **Monumento ao Marquês de Pombal** [Em linha]. 2014. [Consul. 11 abr. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2014/11/monumento-ao-marques-de-pombal.html>>.
- ROBERTS, Andrew - Inventário e Documentação. In **Como gerir um museu: Manual prático** [Em linha]. Paris: ICOM – Conselho Internacional de Museus,

2004 [Consult. 18 dez. 2021]. p. 33-54. Disponível em WWW: <URL: <https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2012/09/Manual-Como-gestionar-um-museu-ICOM-Unesco.pdf>>. ISBN 92-9012-157-2.

- ROCHA, Cláudia Regina Alves da - **Da Pinacoteca ao Museu: Historicizando Processos Museológicos** [Em linha]. São Paulo : Universidade de São Paulo, 2014. 138 p. Dissertação de Pós-Graduação. [Consult. 28 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-13022015-104640/publico/ClaudiaRochaREVISADA.pdf>>.
- ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- RUKE, Angelika – **Referencial Europeu das Profissões Museais** [Em linha]. ICTOP, 2008. [Consult. 1 fev. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://icom-portugal.org/multimedia/File/ReferencialPT.pdf>>.
- SANTOS, Ana Margarida Morais dos - **A Imagem Digital para a Preservação e Divulgação do Património Europeu** [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2021. 154 p. Dissertação de Mestrado. [Consult. 14 mai. 2022]. Disponível em WWW: <URL:https://run.unl.pt/bitstream/10362/121645/1/ana_santos_48135_MP.pdf>.
- SANTOS, Jorge; SERÔNIO, Conceição; FERREIRA, Fernanda - **Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses: Relatório Final** [Em linha]. Sistemas de Informação em Museus (GT-SM) da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), 2017. 147 p. [Consult. 3 jan. 2022]. Disponível em WWW: <URL: https://noticia.bad.pt/wp-content/uploads/2017/06/GTSIM_DSIM_Relat%c3%b3rioFinal.pdf>.
- SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (SGEC) - **Glossário: Terminologia Museológica** [Em linha]. 2021. [Consult. 10 out. 2021]. Disponível em WWW: <URL: https://www.sec-geral.mec.pt/sites/default/files/glossario_museus.pdf>.
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico - **Casa da Quinta da Pimenta/Casa da Madre Paula/ Palácio Galvão Mexia/ Museu da Cidade de Lisboa** [Em linha]. 2011. [Consult. 12 fev. 2022]. Disponível em WWW:

<URL:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4040>.

- SISTEMAS DO FUTURO, L.DA - **in patrimonium.net** [Em linha]. 2020. [Consult. 25 nov. 2021]. Disponível em WWW: <URL: https://sistemasfuturo.pt/manual/net/InpatrimoniumNET_Ajuda.pdf>.
- SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliania; FRANÇA, Camila (2011) – **Manual Técnico de Preservação e Conservação** [Em linha]. Ministério da Justiça: Arquivo Nacional, Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. 45 p. [Consult. 14 mai. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://folivm.files.wordpress.com/2011/04/manual-an-bn-cnj-2011-c3baltima-versc3a3o-2p-folha.pdf>>.
- STATUES – HITHER & THITHER - **Monumento ao Marquês de Pombal** [Em linha]. 2017. [Consult. 11 abr. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://vanderkrogt.net/statues/object.php?webpage=ST&record=ptli035>>.
- SWANK, Annamaria Poma - **Report: Collection Management Systems** [Em linha]. Firenze: Fondazione Rinascimento digitale, 2008. 206 p. [Consult. 6 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <http://carlibrary.org/Collection-Management-Systems-Swank.pdf>>.
- TEIXEIRA, José de Monterroso - Rotunda do Marquês: «a cidade em si não cabia já» ou a monumentalidade (im)possível. **Revista Camões** [Em linha]. 15/16 (2003) 198-210. [Consult. 13 mai. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/revistas-e-periodicos/revista-camoes/revista-no15-16-marques-de-pombal/1507-1507/file.html>>.
- THE GETTY RESEARCH INSTITUTE - **About the Research Institute: Mission Statement** [Em linha]. [s.d.] [Consult. 6 mai. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.getty.edu/research/institute/>>.
- UNESCO - **Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade** [Em linha]. 2017. [Consult. 29 jul. 2022]. Disponível em WWW: <URL:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247152?posInSet=1&queryId=42081e43->>.

- USILLOS, Andrés Gutiérrez - **Museología y documentación: Criterios para la definición de un proyecto de documentación en museos**. Somonte : Ediciones Tres, S. L, 2010. 206 p. ISBN 978-84-9704-494-3.
- VALCARCE, Alicia Allué - **Estado actual de la Documentación y Difusión Museológica en Barcelona** [Em linha]. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2018. 102 p. Projeto final de Graduação. [Consult. 29 dez. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/125315/1/TFG%20AliciaAllue.pdf>>.
- VAZ, Roberto Ivo Fernandes - **Interfaces Tangíveis no Contexto da Experiência da Visita a um Museu: o Caso do MM Gerdau – Museu das Minas e do Metal** [Em linha]. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2014. 158 p. Dissertação de Mestrado. [Consult. 6 ago. 2022]. Disponível em WWW: <URL: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/12924/1/tese.pdf>>.
- YÁÑES, Eva Maria Alquézar - DOMUS y la Red Digital de Colecciones de Museos de España. Un proyecto del Ministerio de Cultura para la documentacion y difusión de colecciones. **Gestion y Planificación museística. DOMUS en Aragón** [Em linha]. (2009) 133-153. [Consult. 26 ago. 2022]. Disponível em WWW:<URL:http://www.dehuesca.es/~sipca/IMAGEN/documentos_web/BDPCA_25.pdf>.
- YASSUDA, Sílvia Nathaly - **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista** [Em linha]. Marília : Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, 2009. 124 p. Dissertação de Pós-Graduação. [Consult. 29 jul. 2022]. Disponível em WWW: <URL:<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93662?show=full>>.

ANEXOS

ANEXO 1. CAMPOS DE INFORMAÇÃO “OBRIGATÓRIOS” NO REGISTO DO INVENTÁRIO NO PROGRAMA *IN PATRIMONIUM*.

The image shows a web application interface for 'In Patrimonium'. The top navigation bar is blue with the text 'Catalogação' and a search icon. On the right, it says 'ML Estagiários' with a user icon. Below the navigation bar, there's a red warning banner that reads 'Atenção, o registo ainda não foi gravado'. The main content area is divided into a left sidebar and a central form. The sidebar contains a list of categories: 'Objetos (104/104)', 'Outros Objetos (104/104)', 'Todos Objetos (104/104)', 'Conjuntos Objetos (104)', 'Imóveis (114)', 'Outros Imóveis (114)', 'Todos Imóveis (114)', and 'Conjuntos Imóveis (114)'. The central form has several input fields: 'Nº Inventário' (a text box), 'Museu' (a dropdown menu with 'Museu de Lisboa' selected), 'Designação' (a text box), 'Título' (a text box), 'Descrição' (a large text area), and 'Fichas relacionadas' (a text box with a plus icon). The form is currently empty, showing only the required fields.

Imagem 1. Print screen do registo com os campos de informação “obrigatórios”, sem preenchimento, no programa *In Patrimonium*.

ANEXO 2 - FICHA DE INVENTÁRIO DO FUNDO DOCUMENTAL DO MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL

ML ESPDOC 6195.069; Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; Ofício; 03/06/1932

Objetos\Nº inventário Contém 'ML ESPDOC'

Ordenação: Nº inventário [AZ] | 5033 de 54938 registos

ID: 78111

Nº inventário *
ML ESPDOC.6195.069

Museu *
Museu de Lisboa

Designação
Ofício

Título

Descrição

Ofício L.º 2.º - N.º 434/F, da Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal para o Diretor da Arma de Artilharia. No texto é mencionado a Comissão do Monumento ao Marquês de Pombal carece de bronze necessário para a fundição de dez gatos, destinados ao acabamento do grupo alegórico "A Indústria", por isso é solicitado pela Comissão que seja concedido o bronze à Fábrica de Braço de Prata, de forma a executarem os gatos requisitados.

Documento original e registado, dactilografado, constituído por uma folha de papel, autoria por "O Presidente" e datado.

Folha sem número, inserida na Pasta B respeitante à Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal.

Anexos:

Ofício n.º 256/E, da 1.ª Secção DA 3.ª Repartição da Direcção da Arma de Artilharia para o Presidente da Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal. No texto é mencionado, que em referência ao ofício L.º 2.º N.º 434/F, de 3 de junho de 1932, o Ministro de Guerra informa que autoriza o que foi solicitado no ofício, mas a Comissão devem informar à 1.ª Repartição da 2.ª Direcção Geral do Ministério da Guerra, a quantidade de bronze necessário para efetuar o referido trabalho.

Documento original e timbrado, dactilografado, constituído por uma folha de papel, assinado por "A. Ramos de Miranda General" e datado de 15 de junho de 1932.

Folha sem número, inserida na Pasta B respeitante à Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal.

Multimédia

Estado do registo

Validação: Não verificado

Acesso público: Não

Bloco de notas: Não

Histórico: Não

Multidescritor (D): Não

Imagem 2. Print Screen da ficha de inventário do ML.ESP.DOC.6195.069, efetuada no programa *In Patrimonium*.

ML ESPDOC 6195.069; Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; Ofício; 03/06/1932

Objetos\Nº inventário Contém 'ML ESPDOC'

Ordenação: Nº inventário [AZ] | 5033 de 54938 registos

ID: 78111

Multidescritor (D): Não

Autorias (1)

Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; Autoria;

Autor	Tipo autoria
Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal	Autoria

Classificações (1)

Espólio Documental;

Classificação
Espólio Documental

Cronologia (1)

1932-06-03;

Data inicial
03/06/1932

Auditoria do registo

Inserido por:
ML Estagiários - 03/03/2022

Atualizado por:
ML Estagiários - 03/03/2022

Imagem 3. Continuação do Print Sreen da ficha de Inventário do ML.ESP.DOC.6195.069, efetuada no programa *In Patrimonium*.

ML.ESP.DOC.6195.069; Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; Ofício, 03/06/1932

Ordenação: Nº inventário [AZ] | 5033 de 54938 registos

Objetos Nº inventário Contém ML.ESP.DOC

Estados (1)

Regular: O documento tem dois furos na margem lateral esquerda (por se encontrar inserido em pasta);

Estado	Parte descrita	Data estado
Regular	O documento tem dois furos na margem lateral esquerda (por se encontrar inserido em pasta);	03/03/2022

Funções/Usos (1)

Documental;

Tipo função
Documental

Incorporações (1)

Incorporação; Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; 1934;

Tipo incorp.	Proveniência	Data incorp.
Incorporação	Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal	1934

Imagem 4. Continuação do *print screen* da ficha de Inventário do ML.ESP.DOC.6195.069, efetuada no programa *In Patrimonium*.

ML.ESP.DOC.6195.069; Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; Ofício, 03/06/1932

Ordenação: Nº inventário [AZ] | 5033 de 54938 registos

Objetos Nº inventário Contém ML.ESP.DOC

Inscrições (2)

Assinatura, data e local; General Aníbal Ramos de Miranda; A. Ramos de Miranda General 15 de junho de 1932; Lisboa; Maiúscula e Minúscula;

Tipo inscrição	Autor	Texto	Grafia	Técnica	Posição	Idioma	Notas
Autógrafa		O Presidente	Maiúscula e Minúscula	Dactilografada	Margem inferior direita	Português	Autoria do Presidente da Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal.
Assinatura, data e local	General Aníbal Ramos de Miranda	A. Ramos de Miranda General 15 de junho de 1932	Maiúscula e Minúscula	Dactilografada; Impresso no papel; Manuscrita	Margem inferior direita	Português	Assinatura de um membro da 1ª Secção da 3ª Repartição da Direcção da Arma de Artilharia.

Inventariantes (1)

GONÇALVES, Bruna (1999 - ?); 2022-03-03;

Inventariante	Data
GONÇALVES, Bruna (1999 - ?)	03/03/2022

Localizações (1)

Reserva, 2022-03-03; Reserva Central - Sala de Gráficos 2 - 51c;

Tipo localiz.	Local habitual	Data localiz.	Localização
Reserva	Sim	03/03/2022	Reserva Central - Sala de Gráficos 2 - 51c

Imagem 5. Continuação do *print screen* da ficha de inventário do ML.ESP.DOC.6195.069, efetuada no programa *In Patrimonium*.

ML.ESP.DOC.6195.069, Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal, Ofício, 03/06/1932

Objetos/Nº inventário Contém ML.ESP.DOC

Material (2)

Papel

Tipo material	Valor	Unid. medida
Papel	273.00	mm
Tinta	218.00	mm

Medidas (2)

Largura: 218.00 mm

Tipo medida	Valor	Unid. medida
Altura	273.00	mm
Largura	218.00	mm

Proveniência (1)

Espólio Documental da Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal Documentação que se encontra no Depósito de Ar. da República, acondicionada em dezasseis pastas, numeradas de 1 a 16, sendo que não nos chegou a pasta n.º 1 e n.º 15, cont

Notas

Espólio Documental da Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal Documentação que se enco [-]

Imagem 6. Continuação do *print screen* da ficha de inventário do ML.ESP.DOC.6195.069, efetuada no programa *In Patrimonium*.

ML.ESP.DOC.6195.069, Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal, Ofício, 03/06/1932

Objetos/Nº inventário Contém ML.ESP.DOC

Medidas (2)

Largura: 218.00 mm

Tipo medida	Valor	Unid. medida
Altura	273.00	mm
Largura	218.00	mm

Proveniência (1)

Espólio Documental da Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal Documentação que se encontra no Depósito de Ar. da República, acondicionada em dezasseis pastas, numeradas de 1 a 16, sendo que não nos chegou a pasta n.º 1 e n.º 15, cont

Notas

Espólio Documental da Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal Documentação que se enco [-]

Fichas relacionadas

Entidades - Autores: Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; Comissão Executiva do Monu [-] [ID: 29324] Autorias - Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; Autoria; ; ML.ESP.DOC.6195.069 (2022-03-03)

Tipo de ficha	Dados da ficha	Dados inf. específica	Auditoria
Entidades - Autores	Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; Comissão Executiva do Monu [-] [ID: 29324]	Autorias - Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; Autoria;	ML.ESP.DOC.6195.069 (2022-03-03)
Entidades - Autores	MIRANDA, General Aníbal Ramos de; MIRANDA, General Aníbal Ramos de; [ID: 30553]	Inscrições - Assinatura, data e local: General Aníbal Ramos de Miranda, A. Ramos de Miranda General [-]	ML.ESP.DOC.6195.069 (2022-03-03)
Entidades - Inventariantes	GONÇALVES, Bruna (1999 - ?); Bruna Gonçalves; [ID: 29322]	Inventariantes - GONÇALVES, Bruna (1999 - ?); 2022-03-03	ML.ESP.DOC.6195.069 (2022-03-03)
Entidades - Proprietários	Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; Comissão Executiva do Monu [-] [ID: 29324]	Incorporações - Incorporação; Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; 1934	ML.ESP.DOC.6195.069 (2022-03-03)

Imagem 7. Continuação do *print screen* da ficha de inventário do ML.ESP.DOC.6195.069, efetuada no programa *In Patrimonium*.

ANEXO 3 – FICHA DE INVENTÁRIO DO IMPRESSO

MLIMP1417; Desconhecido; Impresso; 1904; [ID: 78500] Ordenação: Nº inventário [AZ] | 1 de 55811 registos

Todas as palavras

Objetos (15811)

Outros Objetos (1418)

Todos Objetos (15811)

Conjuntos Objetos (208)

Imóveis (174)

Outros Imóveis (8)

Todos Imóveis (174)

Conjuntos Imóveis (8)

Nº inventário * MLIMP1417

Museu * Museu de Lisboa

Designação Impresso

Título

Descrição

Impresso da construção do Monumento ao Marquês de Pombal. Visualiza-se a Praça do Marquês de Pombal onde consta a execução de trabalhos do monumento, em homenagem ao estadista, Sebastião José de Carvalho e Melo, reconhecido por Marquês de Pombal.

Inserido na Pasta A, do Dossiê n.º 13, respeitante à Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal.

Autorias (1)

Desconhecido

Classificações (1)

Impressos

Cronologia (1)

1904; 1934

Estados (1)

Bom; 16/03/2022

Multimédia

1 / 1 ZOOM Total: 1

Estado do registo

Validação Não verificado

Acesso público Não

Bloco de notas - Não

Historial - Não

Multidescriptor (0) - Não

Imagem 8. Print Screen da Ficha de Inventário ML.IMP.1417, efetuada no programa *In Patrimonium*.

MLIMP1417; Desconhecido; Impresso; 1904; [ID: 78500] Ordenação: Nº inventário [AZ] | 339 de 55634 registos

Todas as palavras

Objetos (15811)

Outros Objetos (1418)

Todos Objetos (15811)

Conjuntos Objetos (208)

Imóveis (174)

Outros Imóveis (8)

Todos Imóveis (174)

Conjuntos Imóveis (8)

Incorporações (1)

Incorporação; Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; 1934

Inventariantes (1)

Bruna Gonçalves; 16/03/2022

Localizações (1)

Reserva; Sim; 16/03/2022; Reserva Central - Sala de Gráficos 2 -51d

Tipo localiz.	Local habitual	Data localiz.	Localização
Reserva	Sim	16/03/2022	Reserva Central - Sala de Gráficos 2 -51d

Materiais (2)

Papel

Tipo material
Papel
Tinta

Historial - Não

Multidescriptor (0) - Não

Metadados do ficheiro original

Auditoria do registo

Inserido por: ML Estagiários - 16/03/2022

Atualizado por: Lurdes Garcia - 07/04/2022

Imagem 9. Continuação do print Screen da Ficha de Inventário ML.IMP.1417, efetuada no programa *In Patrimonium*.

Catálogo ML Estagiários

MLIMP.1417; Desconhecido; Impresso; 1904; [ID: 78500] Ordenação: Nº inventário [AZ] | 339 de 55634 registos

Todas as palavras Objetos:NP inventário Contém MLIMP

Objetos (20434)
 Outros Objetos (2438)
 Todos Objetos (4034)
 Conjuntos Objetos (108)
 Imóveis (114)
 Outros Imóveis (8)
 Todos Imóveis (114)
 Conjuntos Imóveis (8)

Medidas (2)
 Altura: 242,00; mm

Tipo medida	Valor	Unid. medida
Altura	242,00	mm
Largura	174,00	mm

Técnicas (1)
 Impressão

Técnica
 Impressão

Fichas relacionadas
 Entidades - Autores; Desconhecida; Desconhecido; [ID: 1185]; Autorias - Desconhecida; : ML Estagiários (2022-08-08)

Tipo de ficha	Dados da ficha	Dados inf. específica	Auditoria
Entidades - Autores	Desconhecida; Desconhecido; [ID: 1185]	Autorias - Desconhecida	ML Estagiários (2022-08-08)
Entidades - Inventariantes	GONÇALVES, Bruna (1999 - ?); Bruna Gonçalves; [ID: 29322]	Inventariantes - Bruna Gonçalves; 2022-03-16;	ML Estagiários (2022-08-08)
Entidades - Proprietários	Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; Comissão Executiva do Monu [-]; [ID: 29324]	Incorporações - Incorporação; Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; 1934;	ML Estagiários (2022-08-08)

Inserido por: ML Estagiários - 16/09/2022
 Atualizado por: Lurdes Garcia - 07/04/2022

Imagem 10. Continuação do print Screen da Ficha de Inventário ML.IMP.1417, efetuada no programa *In Patrimonium*.

ANEXO 4 – FICHA DE INVENTÁRIO DO CARIMBO

Catálogo ML Estagiários

Todas as palavras

Objetos (24/34)

Outros Objetos (14/34)

Todos Objetos (24/34)

Conjuntos Objetos (2/34)

Imóveis (1/14)

Outros Imóveis (1)

Todos Imóveis (1/14)

Conjuntos Imóveis (1)

ML.EQU.ETE.717; Carimbo; [Carimbo]; 1934; [ID: 79082]

Ordenação: Nº Inventário [AZ] | 3459 de 55634 registos

Nº Inventário * ML.EQU.ETE.717

Museu * [Museu de Lisboa]

Designação [Carimbo]

Título [Carimbo]

Descrição Carimbo manual em madeira. Cabo com secção esférica, revestido com vestígios de tinta, e na extremidade oposta, secção quadrada com texto, em alto-relevo, com vestígios de tinta da tonalidade preta. Na secção quadrada do carimbo, consta gravado duas vezes, na sua superfície "Carlos Neves, Rua Augusta, 177, Lisboa". O carimbo está dentro de uma caixa de cartão, de cor preta. No seu interior, na aba da abertura da caixa, apresenta a marca de um carimbo, referente à Casa dos Carimbos de Carlos Neves.

Cronologia (1) 1934

Estados (1) Bom: O Carimbo apresenta vestígios de tinta no seu cabo e na secção quadrada com o texto em relevo.; 04/04/2022

Estado	Parte descrita	Data estado
Bom	O Carimbo apresenta vestígios de tinta no seu cabo e na secção quadrada com o texto em relevo.	04/04/2022

Multimédia

Estado do registo

Validação: Não verificado

Acesso público: Não

Bloco de notas: Não

Historial: Não

Multidescriptor (D): Não

Auditoria do registo

Inserido por: ML Estagiários - 04/04/2022

Atualizado por: Rosario Dantas - 23/05/2022

Imagem 11. Print screen da ficha de inventário ML.EQU.ETE.717, efetuada no programa *In Patrimonium*.

Catálogo ML Estagiários

Todas as palavras

Objetos (24/34)

Outros Objetos (14/34)

Todos Objetos (24/34)

Conjuntos Objetos (2/34)

Imóveis (1/14)

Outros Imóveis (1)

Todos Imóveis (1/14)

Conjuntos Imóveis (1)

ML.EQU.ETE.717; Carimbo; [Carimbo]; 1934; [ID: 79082]

Ordenação: Nº Inventário [AZ] | 3459 de 55634 registos

Funções/Usos (1) Utilitária: Serve para carimbar documentos. Este símbolo é colocado nos documentos para reconhecimento da sua autenticidade.

Tipo função	Notas
Utilitária	Serve para carimbar documentos. Este símbolo é colocado nos documentos para reconhecimento da sua au [...]

Incorporações (1) Incorporação: Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; 1934

Tipo incorp.	Proveniência	Data incorp.
Incorporação	Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal	1934

Inventariantes (1) Bruna Gonçalves: 04/04/2022

Inventariante	Data
Bruna Gonçalves	04/04/2022

Estado do registo

Validação: Não verificado

Acesso público: Não

Bloco de notas: Não

Historial: Não

Multidescriptor (D): Não

Auditoria do registo

Inserido por: ML Estagiários - 04/04/2022

Atualizado por: Rosario Dantas - 23/05/2022

Imagem 12. Continuação do print screen da ficha de inventário ML.EQU.ETE.717, efetuada no programa *In Patrimonium*.

Catálogo ML Estagiários

ML.EQU.UTE.0717; Carimbo [Carimbo]: 1934 [ID: 79082] Ordenação: Nº Inventário [AZ] | 9459 de 55634 registros

Material (1)

Madeira

Tipo material

Madeira

Medidas (3)

Altura: 63.00; mm

Tipo medida	Valor	Unid. medida
Altura	63.00	mm
Largura	33.00	mm
Comprimento	61.00	mm

Fichas relacionadas

Entidades - Inventariantes: GONÇALVES, Bruna (1999 - ?); Bruna Gonçalves; [ID: 29322]; Inventariantes - Bruna Gonçalves; 2022-04-04; ML Estagiários (2022-08-08)

Tipo de ficha	Dados da ficha	Dados inf. específica	Auditoria
Entidades - Inventariantes	GONÇALVES, Bruna (1999 - ?); Bruna Gonçalves; [ID: 29322]	Inventariantes - Bruna Gonçalves; 2022-04-04;	ML Estagiários (2022-08-08)
Entidades - Proprietários	Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; Comissão Executiva do Monu...; [ID: 29324]	Incorporações - Incorporação; Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal; 1934;	ML Estagiários (2022-08-08)
Entidades - Todas Entidades	GONÇALVES, Bruna (1999 - ?); Bruna Gonçalves; [ID: 29322]	Inventariantes - Bruna Gonçalves; 2022-04-04;	ML Estagiários (2022-08-08)

Auditoria do registro

Inserido por: ML Estagiários - 04/04/2022
Atualizado por: Rosário Dantas - 23/05/2022

Imagem 13. Continuação do Print Screen da da ficha de inventário ML.EQU.ETE.717, efetuada no programa *In Patrimonium*.